

TRANSCRIÇÃO

S4916J3 - Reun. Cons. de Saúde 31-
05-2017

1º de agosto de 2017

PARTICIPANTES

Vozes masculinas identificadas: M1, M2

Vozes femininas identificadas: F1, F2, F3

Vozes masculinas não-identificadas: M

Vozes femininas não-identificadas: F

Presidente

Secretária Lúcia

Orlando

Fernanda

Verlant

Oscarlino

Lidiane

Ana Boabaid

José Alves

Reinaldo

Carlos Zeiler

Carlos Pereira

Vera

Elaine

Caio Valença

Luís Eduardo

Flávia

Nuce

Edna

Leila

Mário Lúcio

TEMPO DE GRAVAÇÃO

03 horas, 14 minutos e 58 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(INÍCIO)

[00:05:43]

Secretária Lúcia: Boa tarde, Conselheiros. Para ficar registrado: são 14 horas agora. Estamos aguardando o quórum mínimo para iniciar a reunião extraordinária na segunda chamada.

Secretária Lúcia: Boa tarde Conselheiros. Temos dez Conselheiros presentes: podemos dar início a reunião extraordinária de hoje. Como nós temos hoje a ausência do Presidente e do Vice-Presidente, peço aos senhores que façam à eleição (ad hoc) [00:24:13.06] para um Presidente: para poder conduzir esta reunião.

M1: Estão indicando o Conselheiro Carlos para assumir a Presidência. É que temos dois Carlos aqui. Carlos, é você que está de terno hoje, para assumir a Presidência.

Secretária Lúcia: Todos estão de acordo com o senhor Carlos Pereira presidindo esta reunião? Conselheiro Carlos Pereira irá presidir a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde do dia 31 de maio de 2017.

Presidente: Boa tarde a todos. Eu declaro aberta a reunião e vou passar para a Secretária Geral Lúcia para estar fazendo o expediente relevante.

Secretária Lúcia: Temos presentes na reunião extraordinária, conforme o convite realizado pela secretaria geral: o doutor Caio Valença, que é procurador do Estado de Mato Grosso; o senhor Luís Eduardo, que é

representante do Tribunal de Contas - foi convidado para fazer parte deste debate, falar da situação atual dos repasses financeiros para os nossos hospitais. Gostaria de convidá-los para compor a mesa, participar conosco do debate senhores Caio e, Luís Eduardo está presente? E a senhora Lidiane vai chegar ainda, já deixei confirmada a presença. Temos também a senhora Geneci Batista, ela que veio representando o Hospital Amecor, que também tem parceria com o SUS. Nós não trouxemos expediente relevante porque normalmente a gente deixa para reuniões ordinárias e são mais questões que já estão sendo discutidas no pleno. Essa pauta é única que foi discutida e chamada através da comissão que discutiu a situação atual de nossa Saúde Pública e definiu que deveria ser discutido com a gestão para poder definir uma proposta de resolução dos nossos problemas atuais. Presidente (Labet) [00:28:08.00] conduzirá a reunião e aí os senhores façam as suas contribuições em relação à pauta, a qual será discutida a seguir.

Fernanda: Conselheira Fernanda, Poder Executivo do Governo. Antes de começarmos, Lúcia, eu queria saber: por que esse memorando foi chegar no gabinete do Secretário somente ontem às sete da noite? Se a gente se reuniu na semana passada, de ontem sete da noite para a equipe estar aqui hoje nesse horário, realmente é complicado.

Secretária Lúcia: Nós soubemos da reunião, acompanhado por uma técnica, na qual saiu a memória de gestão. Normalmente quando a técnica sai da reunião, ela já encaminha estes documentos. Eu não sabia que não tinha sido enviado ainda para a gestão e, realmente, ontem eu pedi para ser encaminhado e ligado para falar - via telefone - para poder explicar.

Foi uma falha, eu acredito: na condução na hora da reunião. Conforme feito normalmente, a gente termina a reunião e já encaminha esses documentos. Mas como a gente tem uma equipe, normalmente a gente deixa quem está conduzindo, já sai dali e encaminha.

Fernanda: É, porque eu acho que diante disso a gente nem precisava ter se reunido aqui. Porque era para ser um diálogo com a gestão, com relação aos repasses para os regionais e a situação desse caos com os filantrópicos também. Se isso chegou no gabinete do Secretário ontem às sete da noite, e vivendo essa semana que eles estão vivendo para pagar os 162 milhões até sexta feira, realmente seria impossível eles estarem aqui. Então a gente nem precisava ter mantido porque não vai acontecer o diálogo.

Orlando: Questão de ordem. Nós vamos fazer a reunião porque o Secretário inclusive nunca comparecer a esse Pleno. Já foi chamado várias vezes e nós - segmento dos usuários - não suportamos mais. Então nós vamos fazer a reunião com o Secretário ou sem o Secretário. Ele nunca compareceu aqui. Pelo menos com o segmento dos usuários não demonstrou compromisso. Se chegou atrasado esse documento, (ok) [00:30:30.08].

Fernanda: Questão de ordem? O senhor vai dialogar com quem se a gestão não está aqui?

Orlando: Nós vamos gravar com as mortes, com os óbitos. É isso, porque esse governo não tem compromisso com a saúde.

Carlos Zeiler: Presidente, uma questão de ordem, até na questão do Orlando. O único secretário que respeitou nesse governo todas as

reuniões foi o senhor João Batista. Tem que dar crédito a ele, ele só faltou quando não pôde estar. Olha que eu andei faltando, mas todas as vezes eu vi o secretário aqui. Porque o primeiro mentiu e até hoje continuam mentindo porque o Governador marcou duas vezes uma reunião com esse Conselho e até hoje nunca veio, então esse Conselho tem que fechar as portas. Essa é a minha proposta hoje aqui.

Fernanda: Lúcia, por questão de ordem. Gente, nós estamos aqui para tentar achar uma solução para as questões que estão sendo levantadas. Todos nós. Nós também somos representantes do Governo, nós também não concordamos com a ausência. Agora uma coisa tem que ficar clara: se o documento chegou ontem às 19 horas, como uma equipe vai estar preparada para estar aqui? Isso não existe, mesmo nessa situação que está sendo vivenciada onde você precisa dar resposta prática à sociedade. O Conselho, neste momento, não está sendo desrespeitado, sinto muito senhores. Nós não podemos nos colocar nessa situação. Nós precisamos e estamos aqui para convidar, para convocar a presença do Secretário sim. Não é uma ausência nossa, muito pelo contrário: nós concordamos com todos aqui. Só que nós temos uma pauta e a pauta é específica. Nós não podemos ficar discutindo aqui através de matérias da mídia, nós queremos a posição da Secretaria. E a Secretaria mandou uma resposta hoje, que a Lúcia até pode ler, dizendo que no dia 14 eles estarão aqui para colocarem na pauta novamente essa questão e responderem aos nossos questionamentos.

Presidente: Lúcia, por favor.

Secretária Lúcia: Eu recebi agora, às 14 horas, o documento do gabinete do Secretário: Cumprimentando Vossa Senhoria e os nobres membros deste Conselho Estadual de Saúde, acusamos o recebimento do memorando circular zero zero dois CSMT em 30 de maio do corrente ano às 19 horas para participar da reunião extraordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde que será realizada em 31/05 no Hotel Fazenda. Desta forma, antecipamos nossas desculpas e informamos: o Secretário e o Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde, por motivo de agenda, não poderão participar da reunião supracitada. Todavia, nos colocamos à disposição para a próxima reunião ordinária de 14/06/2017. Discutirmos a pauta sugerida: atraso no repasse dos recursos da Saúde para os Hospitais Regionais, Filantrópicos e Municípios do estado de Mato Grosso - com apresentação de todos os dados sobre pagamentos e transferências realizadas pela SESA. Atenciosamente, Lenilda Costa Figueiredo. Recebi este documento agora à tarde e mesmo diante dessa falta, eu acredito que os senhores têm condições de fazer um debate ou até um encaminhamento para um outro momento. A gestão realmente recebeu o ofício atrasado, mas verbalmente desde o dia em que começou a reunião e surgiu essa demanda, foi falado com o gabinete - inclusive no dia da reunião foi convidado para aquela reunião da Comissão - e ele também falou que não poderia participar e a gente não conseguiu. A justificativa no dia foi que a Secretária-Adjunta falou que não poderia participar porque estava aguardando para fazer repasses naquele momento e não poderia sair do gabinete, no dia da reunião da Comissão. Após isso, entrei em contato com a Lenilda dizendo que haveria a reunião extraordinária, mas foi verbalmente, e realmente o ofício foi após o meu

comunicado verbal. Então os senhores têm que definir se vão entrar nessa discussão já e começar a reunião.

Orlando: Questão de encaminhamento. Presidente, Orlando - do segmento dos usuários. No dia 25 teve a reunião ampliada que foi um desespero, a gente não tinha nem lugar para sentar, não tinha nem sala. Nessa reunião da Comissão ampliada do dia 25, inclusive foram convocados todos em defesa da vida na Saúde. E essa comissão acabou deliberando nessa reunião extraordinária, inclusive com representação de outros poderes, que aqui estão presentes. Nós temos que tirar encaminhamento daqui nessa reunião extraordinária. Se o governo tem compromisso ele vai apresentar agora, aqui. Agora para mim, não tem compromisso. O Estado que vai terminar mandato e não apresentou uma política de Saúde Pública para o Estado do Mato Grosso. Morrendo as pessoas, hospitais fechando, repasses não vão para os municípios, repasses não vão para os Filantrópicos, sem medicamentos, não respeita ninguém: isso aqui é um estado do quê? Então, eu estou defendendo aqui proposta de encaminhamento - Presidente - para a gente começar a reunião e tirar encaminhamento aqui. Aqui tem pessoas sérias, com responsabilidade por vidas. Eu não acredito que seja diferente. Espero que a gente comece a reunião.

Presidente: Senhores, eu declaro aberta essa reunião. E todas as pessoas que quiserem fazer suas inscrições, nós vamos fazer e vamos debatê-las. Porque todos nós fomos informados, todos estavam presentes na reunião. Se alguém não recebeu documento, mas aqui estamos. Eu inclusive tenho minha hemodiálise, eu me obriguei a vir até aqui. O senhor sabe por quê?

Porque eu gostaria de dizer para vocês que muitas vezes, quando nós falamos, as pessoas dizem que estamos falando mal. Nós não estamos aqui discutindo mídia, estou dizendo para vocês a realidade que tenho aqui em mãos: 2016, só cotação. Para quem quiser ver, eu não gostaria de estar nessa posição porque eu gostaria de estar debatendo. Senhores, de todos os pacientes que eu pedi medicamento: têm 36 que dizem que até agora meus pacientes não receberam. Então vamos levar esse debate em frente e vamos colocar as coisas em ordem, com respeito a todos - da gestão aos colegas trabalhadores - mas todos os adjuntos têm que estar nessa reunião. Por que não poderiam estar aqui nessa reunião para explicar o que está acontecendo? Eu digo para vocês que: na quinta feira quando nós tivemos a reunião que foi declarado que iríamos fazer essa extraordinária, no outro dia foram pagos 70 milhões. Por que não se pagou nos últimos três anos? Por que nossos fornecedores não tiveram condições de receber? Eu digo para vocês: eu tenho pessoas indo para cadeiras de rodas, indo à cama, morrendo. E os hospitais? Quando alguém veio falar para mim: que um médico está chorando no lugar, que deputado está falando mal de lá. Eu quero dizer para vocês um desabafo: o senhor deputado não tem cartão SUS, ele não usa cartão SUS. Quem paga a conta dele sou eu. Então eu exijo como cidadão, como usuário: vamos tocar o barco para frente, que Deus nos abençoe. Que daqui saia um encaminhamento com responsabilidade. Quero agradecer a presença de procuradores que estão presentes, pessoas que vieram - se comprometeram saindo de suas casas - todos aqui, tenho certeza que tinham compromissos, mas estamos aqui. Então vamos trabalhar, com a graça de Deus. As inscrições estão abertas.

M: Renaldo.

Renaldo: Professor Renaldo, da Universidade Federal do Mato Grosso. Nós tivemos a oportunidade de chamarmos essa reunião por conta da preocupação que a nossa instituição tem com a Saúde Pública, Sistema Único de Saúde. Não só o que é veiculado na mídia, mas o que nós vivemos em nosso dia a dia. Infelizmente o que a gente constata, em resumo: é que vale mais um grão de soja do que uma vida humana nesse Estado. É impossível permanecermos estáticos diante de tamanha irresponsabilidade. Porque o que chega a nós, de fato, são notícias muito desagradáveis seja através da mídia ou de pessoas no interior que necessitam de cuidados ou até através do programa Mais Médicos, que hoje os médicos quase não têm uma rede para poder encaminhar seus pacientes. Então são vários casos que a gente tem elencado. E a gente entende que existe uma falta de políticas públicas na área da Saúde. a gente quer ouvir quais são as políticas públicas que o Governo adota. Nós sabemos que existe hoje um escritório contratado - que se diz parceiro da ONU ou credenciado pela ONU - eu creio que não foi passado por aqui nenhuma consideração sobre essa avaliação ou sobre essa política que está sendo implementada. Mas além da política, é a questão dos repasses que é de fato motivo de indignação: a gente vivenciar situações onde os médicos vêm a público, vêm a mídia ou hoje de manhã eles estavam no Conselho Regional de Medicina discutindo a triste realidade dos Hospitais - não só Filantrópicos, mas Hospitais Municipais - que não recebem os repasses. Então diante disso eu creio que nós temos a obrigação de cumprir nosso papel. Estamos aqui, já viemos na reunião de semana passada que foi no prédio da Secretaria. E não custava, obviamente,

9

estarem presentes aqui representantes da Secretaria para responder a essas questões. Essas e outras questões. Então nós entendemos que o momento é crítico e não é possível nós protelarmos mais até que se resolva alguns repasses meio: cala a boca que já a gente já está fazendo alguma coisa. Na verdade, todo esse desajuste que ocorre, é por falta de um planejamento adequado. Volto a lembrar que é necessário é que haja uma mobilização das instituições aqui presentes para podermos de fato mostrar qual é a realidade. Se a Secretaria Estadual de Saúde não vem a público para mostrar a triste realidade, as nossas instituições ligadas à saúde - elas têm as obrigações de mostrar as dificuldades que temos com a saúde do trabalhador, as dificuldades que temos com usuários de transplante renal ou pessoas que necessitam de cuidados na saúde mental. Hoje o Estado de Mato Grosso, ele tem um grande débito com sua população e nós estamos aqui representando a Universidade no sentido de, com dignidade, buscar uma melhoria dessa condição e cobrarmos a quem é de direito. No caso, a Secretaria Estadual de Saúde que a gente sabe que tem excelentes técnicos, tem condições de nos repassar isso com muita tranquilidade. No entanto a gente vê que parece que está tudo fechado e nós estamos em um Estado Público onde há indícios de grampos, para saber o outro lado. Se nós publicamente não temos condições de conhecer o que é público: que Estado democrático é esse? É muito preocupante como as coisas estão sendo conduzidas hoje no estado. E nós gostaríamos de, no mínimo, dialogar. Eu acho que esse é o espaço adequado e apropriado para fazermos esse diálogo de forma verdadeira, franca, sincera, aberta, receptiva. Esse diálogo é o nosso papel. Nesse sentido eu concordo com os senhores que propõem que

façamos essa reunião. No entanto, quero também alertar para a importância dessas reuniões para a mesa, para a Secretaria. Não é possível que em sete dias eles não recebam uma notificação de uma reunião tão importante quanto essa, que demorem cinco dias para receber. É uma falha, na minha opinião, que deve ficar registrada: irreparável. Porque todos estamos trabalhando de um modo ou de outro para a melhoria da Saúde Pública. E eu acho que precisamos justamente abraçar esse Sistema Único de Saúde, e quando nós chamamos uma reunião como essa - com todas as instituições aqui presentes - precisamos da seriedade e do adequado compromisso de todas as partes. Gostaríamos muito de que as coisas pudessem ser conduzidas com a maior seriedade possível na condução da Saúde Pública nesse estado. Esse é o nosso desejo enquanto representantes da Universidade Federal do Mato Grosso.

Presidente: Eu gostaria de agradecer as palavras do Renaldo e dizer que houve sim, um desencontro. Mas isso aconteceu em três dias, e não sete - porque sete é o tempo máximo em que podemos fazer a extraordinária. Acontece o seguinte: nós estamos tendo também, é do conhecimento de todos, a Conferência da Mulher; então muitas das coisas às vezes saem do controle - não estou aqui pedindo desculpas por ninguém - mas às vezes uma conversa ou um ofício que é para seguir, não segue. Nós estamos tendo dificuldades até com as diárias dos motoristas que viajam conosco porque esse trânsito ali dentro da Secretaria está ficando muito difícil: você não consegue falar com o Secretário, não consegue falar com a Secretária. Eu estava presente quando a Lúcia falou verbalmente com a pessoa - lá em cima - só que verbalmente nada funciona, tem que ser

oficialmente. Quero dizer para vocês uma coisa: nós cometemos falhas, temos falhas muito terríveis, mas estou aguardando com ansiedade que o Vice-Presidente chegue porque eu tenho algo muito sério para poder tratar com os senhores aqui hoje. E isso não vai passar daqui, nem que no momento final eu saia da posição que estou ocupando nesse momento - eu vou passar para alguém - porque tenho uma denúncia da qual tenho conhecimento e a coisa é séria. Para vocês verem o quanto a Saúde está sendo tratada com respeito dentro do Mato Grosso.

F1: Boa tarde. Queria pedir permissão só para fazer um esclarecimento. No regimento interno quando trata das reuniões extraordinárias diz no artigo 29: elas devem ser convocadas pelo Presidente ou a requerimento subscrito por no mínimo um terço dos conselheiros. E somente na data de ontem que esse requerimento alcançou dez assinaturas, por isso a convocação foi realizada na data de ontem. Só isso, obrigada.

Carlinhos: A pergunta que faço à mesa é: nós já estamos debatendo? Alguém vai apresentar alguma coisa para a gente começar a falar? Essa é a história porque se nós já estamos entrando no debate das falas, não vai ter apresentação nenhuma - por quê está o datashow aqui? Eu pensei que iam apresentar alguns dados. O caos que se instala na Saúde e quem tem um pouquinho mais de idade, o Estado deve (em precatório) [00:47:39.20] desde 2010, 2008, desde a época de Dante de Oliveira tem gente que nunca recebeu, já até prescreveu; se passaram os cinco anos. Quando era o Governo Blairo Maggi existia uma dívida de 100 milhões. Passou do Blairo Maggi para Silval Barbosa a dívida foi lá para cima. E agora tem esse outro tanto. O que nós vemos é a falta do compromisso. Eu tenho uma

pergunta tácita: quanto custa - este Pleno tenho quase certeza que não aprovou - a Caravana da Transformação? Aprovou? Não. Qual é o custo da Caravana da Transformação do Estado? Antes era só da vista. Quanto custa o caminhão? A equipe de médicos, que vem de outro estado? O atendimento pós-cirúrgico? Quantos milhões? Agora colocou Ministério Público junto, carteira de trabalho, certidão de nascimento, tudo isso com recurso público. Qual o custo disso em diárias para o Estado? Eu não sou contra mas aqui nós temos uma responsabilidade, todos sabem; por isso que eu voto contra a aprovação das Contas sempre porque sempre falta dinheiro. E esse Conselho não tem aprovado, depois de Blairo Maggi, nenhum relatório anual de gestão. Porque realmente o 12 por cento não chega. Essa história de 13, 12, 15? Desculpe. Na penúltima audiência pública porque na última nem me convidaram; porque eu vou lá para questionar os dados. O Secretário de Fazenda todo planejamento falou que era 13 por cento na Saúde. Eu estava na audiência pública depois fui na do Secretário de Saúde. O nosso Secretário de Saúde falou: a Saúde já aplicou 12.28; e o Planejamento falou que era 13.74; eu falei: e um e tanto está onde? Essa foi na penúltima audiência pública desse ano, não a última que aconteceu mês passado. Onde está esse um por cento? Eu perguntei para o Secretário e a equipe da Secretaria de Saúde também não sabia. Algumas incongruências precisam ser discutidas nesse Plenário. Eu ainda continuo com a proposta. Espero que a população não pague o pato. Nós tínhamos que trancar a porta do Conselho Estadual de Saúde. Porque faz tudo por (ar) [00:50:27.11] de referendo, atropela como qualquer outro governo. E a lei 8 mil e 80 é bem clara; a lei complementar 141 é pior ainda: diz que eu, conselheiro, respondo pelos atos. A proposta

eu fiz há mais de dois, três anos: que o Conselho Estadual tem que trancar a pauta. Não se aprova. Ele está atropelando a gente do mesmo jeito. E agora é um Governo da lei. Que pena que eu rodei mais de 60 mil quilômetros para eleger o Governador da lei. Penalizou os funcionários públicos e penalizou o povo, como está penalizando. Concordo com quem falou antes de mim, o Renaldo. Falou que teria a reunião - até parece que o negócio é de pressão - 60 milhões mais 90 sexta-feira. Aí falou que tirou o dinheiro do salário de servidores. Não pode mexer nesse dinheiro, esse dinheiro é verbinha carimbada: como ele vai responder no Ministério Público? Arrancar dinheiro da folha de pagamento - como está no jornal - e jogar para pagar o dinheiro da Saúde? O Ministério Público está aqui presente para poder olhar se pode ou se não pode. Acho que essa é a minha fala. Acho que temos que abrir uma denúncia no Conselho Estadual de Saúde: o descaso que está acontecendo com a Saúde. Ponto.

F2: Boa tarde a todos e a todas. Agradecimentos aos nossos convidados: Ministério Público, Tribunal de Justiça, PGE. Me desculpendo já de antemão pelo desencontro aqui, eu queria fazer umas ponderações. O Conselho tem um regimento e nós temos que deliberar: vamos seguir sem a pauta porque a pauta já se esvaziou visto que nós não temos quem é de direito e de dever fazer a apresentação aqui para a gente. Segundo eu queria informar ao Pleno que o Presidente do Conselho Nacional está confirmado, está com a gente, um dia antes da Conferência Estadual da Mulher porque ele vem justamente dialogar com a gente. Acho que aí até caberia fazer uma reunião não só com os Conselhos Municipais, mas como nossos parceiros Ministério Público, Tribunal de Justiça, PGE, o próprio Governo diante da situação que está Mato Grosso. Diante da situação

principalmente, para nossos convidados entenderem, que está a Saúde Pública de Mato Grosso. O controle social tem sido desrespeitado desde o Governo Silval Barbosa, desde o Governo Maggi. E agora com a mesma situação acontecendo com o Governo Pedro. Temos que pensar nessa reunião com o Conselho Nacional como o Conselheiro Carlinhos colocou: fechar pauta. Fechar pauta do Conselho é intervenção do Conselho Nacional. Nós não damos conta mais de dialogar com nosso Governo então nós fechamos pauta. O Governo descumpre os planejamentos aprovados por esse pleno, fecha-se pauta. Temos que ponderar nosso fechamento de pauta e o que vai prejudicar o estado do Mato Grosso ou o que vai melhorar. Eu pensei que nós viríamos hoje para cá com uma situação: o problema de Mato Grosso é financeiro? Se realmente o Governo apontar que é um problema financeiro, que o Governo Taques assumiu com déficit de mais de 400 milhões: esse Conselho poderia pensar, estudar junto com o Governo e autorizar até um financiamento. A dívida é de 200 (bilhões) [00:54:47]? Vamos autorizar 200 bilhões e vamos acompanhar a dívida. Vamos resolver RGA da Saúde, concurso público, a questão do SAMU, de tudo. Vamos botar em dia a Saúde para evitar morte, evitar o que está acontecendo. E eu tenho muita preocupação, queria um esclarecimento aqui, que esse Conselho aprovou na última reunião duas políticas: uma de cardiologia e outra de oftalmologia. A política de cardiologia salve engano parece-me que a portaria já foi mudada; se isso realmente acontecer não diz respeito. Porque o Conselho aprova leis e a gestão executa o cumprimento dessa lei. No momento temos que ver, primeiro: vamos continuar com essa reunião? Qual vai ser a pauta da reunião? Porque essa foi prejudicada. O que iremos fazer daqui

para frente? Vamos chamar outra reunião, tirando as nossas falhas, as falhas deles? Como vamos tocar?

M: Conselheira (Verlant) [00:56:08.00].

Verlant: Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero, em nome do Conselho Regional de Serviço Social, apresentar o Marcos que a partir de agora representa o CRESS. Vou dar uma retirada estratégica mas continuo na lida, na luta. Apresentar o Marcos que vai ficar aqui representando como titular do Conselho. Queria colocar uma situação de encaminhamento para esse momento que estamos vivendo aqui agora. É claro e exposto para todo mundo a situação crítica em que estamos vivendo, precisa tomar uma atitude e esse Conselho aqui é o que faz pulsar a Saúde. Ao menos normativamente temos isso. Enquanto instância de decisão e de participação política na sociedade. Para a gente não desperdiçar esse momento que é tão importante, tão difícil - ainda que a gestão não tenha vindo apresentar - é importante alinhar as informações: se tem representante do Ministério Público, colocar como está a situação. Cada um pudesse colocar o que tem de entendimento da situação como está - é o que nos trouxe aqui da pauta. E desenhar as possibilidades de encaminhamento e em um segundo momento, quando a gestão se manifestar, já temos um acúmulo de debate, de informação. É o encaminhamento que eu queria dar, porque é muito difícil a gente conseguir estar juntos aqui reunidos. Acho que poderia continuar com a reunião, com a pauta como está, e aprofundar o debate, acumular as informações para ter mais subsídios de conversas daqui para frente. Esse é o encaminhamento que dou.

F: Conselheiro Orlando.

Orlando: Conselheiro Orlando, (SINTEP) [00:59:10.16], segmento do usuário. A nossa pauta, que foi debatida no dia 25 para hoje, é referente aos repasses das Filantrópicas dos Hospitais Regionais e aos municípios. Em conformidade ao artigo 35 da lei 8 mil 80 e conformidade à lei complementar 141 de janeiro de 2012, os recursos de transferências da União têm que ser repassados para conta Fundo a Fundo. Estivemos na agência de Serviço Público no Banco do Brasil, muitos dos companheiros estavam com agenda e eu estive lá com o companheiro Mário Lúcio, não estou o vendo aqui. São vários gerentes dessa conta Fundo a Fundo - um com medo e outro arrumando desculpa para poder nos ouvir - ficou marcada a reunião para ontem às dez horas, mas não foi possível de ir à gerência porque tinha outras demandas e também não era horário comercial; horário comercial do banco é onze horas. Ficou de marcar uma outra data, a gente não desistiu. Amanhã às 15 horas, quem tiver possibilidade de participar, vamos estar na Secretaria de Saúde para ver essa conciliação das contas bancárias porque esses recursos têm que aparecer de forma detalhada para o Pleno ter condições de avaliar. Quero aqui insistir. Eu quero aqui insistir se a Secretaria de Saúde, através da sua responsabilidade, vim aqui apresentar, inclusive o senhor Wagner, eu não tô vendo ele aqui, não tá presente, ele tem sentado nessa mesa no pleno pra inclusive deliberar que nem conselheiro ele é. Eu não sei o que ele é, o senhor Wagner. Inclusive, na última reunião, a gente fez alguns encaminhamentos e ele fez alguns questionamentos, e dos questionamentos que o senhor Wagner fez, uma era de que ele ia apresentar as contas fundo a fundo pra que esse pleno pudesse avaliar já

17

que o FIPLAN também informa uma coisa de manhã, anota (inint) [01:01:25] e desfaz a tarde e a gente não sabe qual que prevalece. Se é a nota TEC da SEFAZ ou se é os dados da Secretaria da Saúde ou se é os dados da SEGIS. Então, eu quero insistir aqui que a gente, se não tem nada pra apresentar, como o (Carlinhos) [01:01:43] colocou, mas vamos fazer a reunião, vamos nos inscrever atento a pauta que é sobre os repasses aos municípios, os repasses os filantrópicos e hospitais regionais. Caso não tenha apresentação, vamos tirar o encaminhamento aqui porque está presente aqui o Ministério Público, está presente aqui o Tribunal de Contas. Tem recurso de transferência da União e o Estado tem que dar transparência sobre isso. É isso que está na pauta. Então a pauta não está suspensão – ela está em discussão. Ok?

Presidente: Mário Lúcio.

Mário Lúcio: Eu gostaria... nós temos aqui a senhora Lidiane do controle externo do Tribunal de Contas, eles estão fazendo um estudo sobre a Saúde. Eu gostaria de pedir a ela, se possível, vir nos expor, eu gostaria de pôr em votação, se os conselheiros concordarem, dela fazer uma explanação sobre o que ela tem feito, o estudo apresentado, que eles têm dois estudos. Então, falando sobre a saúde, o que eles têm no apanhado do Tribunal de Contas. Eu gostaria de ver que vocês pusessem em votação se ela pode explicar e nos dar a palavra alguns minutos.

M2: Só um momento, por favor. É sobre a pauta, referente à pauta?

Mário Lúcio: Correto.

M2: Porque é referente a repasse, recurso.

Mário Lúcio: Referente à pauta. Oscarlino.

Oscarlino: Boa tarde a todos, conselheiros. Pleno aqui presente, Oscarlino, representante do segmento dos trabalhadores. Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde. Gente, o que tá acontecendo ultimamente... primeiro, duas coisas, quero levantar duas hipóteses aqui. Esse conselho tem sido desrespeitado desde o primeiro dia de mandato desse governo. Tem resoluções pra ser publicada, a gente tá todo momento inclusive batendo na porta do Ministério Público lá pedindo um auxílio lá pra gente poder ter essas publicações das resoluções. O governo não pode alegar ignorância porque nós fomos um dos grandes facilitadores do governo e desde o primeiro dia de mandato. 5 de janeiro de 2015. Primeiro, que o governo começou com uma promessa de campanha dizendo que a saúde pública do Estado de Mato Grosso era prioridade zero. Não era nem prioridade um, era prioridade zero. E o governo passou por uma fase de transição de um governo pro outro, de Silva Barbosa para o governo Pedro Tax e desde então o sindicato se aproximou e apresentou uma pauta de reivindicações da necessidade dos trabalhadores necessitados da Secretaria de Estado da Saúde. Então, o governador foi no dia 5 de janeiro de 2015, segunda-feira, lá dentro da SES, e lá foi feito vários apontamentos e depoimentos acalorados e emocionados ali no saguão de entrada com centenas de trabalhadores. Nós sentamos com a gestão e nós fizemos um congresso e este congresso tá sendo premiado hoje no Ministério da Saúde no prêmio Inova SUS. Estamos recebendo um prêmio de 80 mil reais pela prática inovadora do Sindicato assumir esse tipo de trabalho e apontar a necessidade da Secretaria. Que tem uma pauta de reivindicações que apontou várias situações que o governo desprezou

19

porque o modelo que foi adotado pelo governo é o modelo dos gestores que tão a frente das pastas. É o modelo empresarial. Você solicita informações e decisões descem de forma verticalizada. E este conselho de forma não artificial, mas de forma natural pelo modelo empresarial, ele tá sendo patrolado. Controle social tá sendo deixado a parte. Principalmente nesse governo. Porque no outro, com toda a roubalheira que aconteceu, ele pra implantar as OSS, ele teve que vir aqui enfrentar o conselho e ganhou no discurso aqui, ganhou na apresentação, na falácia e depois ele assumiu. Começou a usar tornozeleira eletrônica, mas o fato é que a coisa continuou nesse governo. Nós apontamos não funciona. Nesse modelo que tá, não funciona. Por que o médico tá chorando lá? O médico tá chorando porque tem gente morrendo na mão dele. Aí um parlamentar que mostra dedo feio pra trabalhador dentro da assembleia legislativa tem a petulância de chamar aquele médico de malandro. Ele trabalhou, não importa. Ele tem um CNPJ, ninguém é contra iniciativa de ninguém. Ele produziu, ele tem que receber pra ele continuar prestando serviço com a empresa dele, pessoa jurídica. O Estado deve. Então, tem vários apontamentos. Condições precárias de trabalho, insumos. Dentro da nossa pauta de reivindicação, nós dissemos que tinha que colocar em dia os contratos. Esse presságio do caos foi anunciado no primeiro dia de mandato do governo. E hoje o governo fala que tá tirando dinheiro da fonte 100, que é responsável pra pagar folha de pagamentos dos servidores públicos do executivo, isso é maior falácia porque no próprio discurso do governo, ele aponta, ele aceita tacitamente que tem gorduras localizadas nas finanças do Estado. Tem dinheiro sobrando no caixa do Tribunal de Justiça, mais de 500 milhões. Nós estamos precisando de

construção de Fórum pra quê, hoje? Nós estamos precisando de comarcas pra quê, hoje? Se tem gente morrendo. Comarcas do Ministério Público, comarcas da Defensoria Pública, comarcas do Tribunal de Justiça, fóruns novos, banhados ao conforto, ao luxo, a mordomia e ao granito e mármore enquanto tem gente morrendo na fila dos hospitais. Nós temos gorduras localizadas que o próprio governo apontou. O fundo estadual de Transporte e Habitação, que habitação é zero. Esse fundo aí não tá sendo aplicado pra habitação. Esse fundo está sendo aplicado para transporte na porta da fazenda dos grandes produtores do agronegócio. Ele não está sendo utilizado e parte desse financiamento tá custeando os poderes porque acharam uma válvula de escape no (inint) [01:08:38] do Diesel que dá mais de 150 milhões de arrecadação no ano e parte desse recurso tá financiando os poderes. Então, essa balela de falar que tá tirando dinheiro da fonte 100 e a sobra do caixa dos poderes eu tô falando com propriedade, não tô chutando. Eu participo de todas as audiências públicas desde o primeiro dia de mandato e Orlando tem sido meu parceiro. Na participação das audiências públicas dentro da Assembleia Legislativa. Discussão inócua porque fica sindicato batendo boca com governo lá e a própria Assembleia Legislativa não faz convite público pra sociedade civil organizada participar e saber o que tá acontecendo nas finanças do Estado. Nós tivemos a coragem do último Secretário, e nós estamos dando tempo pro Luís Soares vim tomar posse e tomar algumas atitudes. Nós estamos dando tempo que ele vai começar a tomar bordoadas também. Nós temos um acordo de cavalheiros de dar um tempo que ninguém vai fazer milagre também, tirar coelho da cartola. Estamos dando um tempo pra ele e a gente conversou. A gente tá numa

expectativa positiva com o quarto Secretário de Saúde em dois anos e meio, em dois anos e cinco meses de mandato. Nós tivemos a audácia do ex-secretário, juntamente com... eu não vejo ela hoje aqui, a Luceni Grassi, ela foi na audiência pública apresentar a (inint) [01:10:05] da Saúde na administração pública, primeiro precisa de orçamento. O orçamento já da Secretaria que é o plano orçamentário da Secretaria já abriu com um déficit de 617 milhões de reais. A necessidade pra se tapar buracos, não é pra expansão e melhoria de serviço. É pra tapar buraco. É 2 bilhões e 200 hoje. Não adianta aprovar os deputados e o governo aprovou 1 bilhão e 585 de orçamento. E tocou-se o alarme, salve-se quem puder. Os poderes tão com gorduras porque, senhores conselheiros, os senhores acham que se não tivesse gordura no caixa dos poderes, não tava todo mundo na rua já? Não tava desembargador, promotor, procurador, um monte de gente na rua já batendo no governador também. Esse negócio que tá aí é porque existe gordura. Aí faz um tac, um termo de ajustamento de conduta e parcela três, quatro vezes e eles têm garantia de receber. É um contrasenso, não tô falando mal porque existe a boa judicialização, um dos poderes que judicializa a saúde tem a maior sobra de caixa hoje, mais de 500 milhões, isso apresentado lá na audiência pública da Assembleia Legislativa. O agronegócio, a dívida pública do Estado aumenta. Os devedores, os senegadores aumenta. Exponencialmente. A renúncia fiscal, o governo Sival Barbosa com 1 bilhão, na casa de 1 bilhão. Hoje ultrapassa a casa dos 2 bilhões e meio de renúncia fiscal e o que deixa de se arrecadar com os incentivos fiscais, anualmente, está na casa dos 5 bilhões. Então, não tem desculpa. Houve um hiato, o governo perdeu tempo, perdeu controle, perdeu a governabilidade e agora tem que tirar,

todo mundo tem que sentar porque único setor que está dando sua parcela de contribuição se chama servidor público. Parcelou nossa (inint) [01:12:10] em 2015.

M4: Conselheiro, tempo.

Oscarlino: Finalizando, parcelou a nossa IGA em 2016 falando que ia manter a nossa folha de pagamento em dias. Coisíssima nenhuma, passou a atrasar. Se debruçou na constituição estadual no artigo 147 e falou: "posso pagar vocês até o décimo dia, vou pagar e se virem, que se exploda a conta bancária de vocês, os cartões de crédito, seus carnês, a escola, medicamento inclusive de vocês, viu, aposentados". E por briga nossa, a gente conseguiu. E aí houve até, quando momento de se elogiar, o novo presidente do Tribunal de Justiça falou: "não, aposentados não, nós temos que achar um meio termo, tem crise, tem, tá faltando dinheiro, tem, os aposentados tem que ser pago primeiro". E tão pagando no dia 5, mesmo descumprindo a lei complementar 560 do ano de 2014 que é a lei do MTPREV que fala que os aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso do poder executivo tem que ser pago no último dia do mês, obrigado.

M2: Obrigado, conselheiro Oscarlino. Eu gostaria de colocar em votação agora a palavra da senhora Lidiane, secretária de controle externo que vai nos falar a respeito daquilo que eles têm conhecimento a respeito da saúde, que eles têm, nesse momento, ainda em mãos, porque nós teríamos mais materiais, eu gostaria de pedir, aqueles que forem à favor, que se manifeste, e os que forem contra, que permaneçam como estão. A favor da palavra da senhora Lidiane que vai apresentar os dados do

controle externo do Tribunal de Contas. Quem não é a favor, se manifeste. Foi aprovado. Senhora Lidiane.

Lidiane: Não, é muito sucinto. Inicialmente, eu quero agradecer o convite, feito pela doutora Lúcia Almeida, ao presidente do Tribunal de Contas. Eu vim representar, meu nome é Lidiane, esse é o Luís Eduardo, nós somos da secretaria de auditorias operacionais. Em novembro do ano passado, nós realizamos um levantamento pra definir até aquele momento qual era o atraso nos repasses da saúde. Nesse levantamento, a gente analisou assistência farmacêutica, atenção básica, (inint) [01:14:48], regionalização e o teto MAC e UTI. O levantamento foi feito num prazo curto, na oportunidade, o atraso já estava próximo dos 70 milhões, nesses blocos de financiamento citados e aí nós iniciamos uma auditoria. Agora de uma forma mais abrangente, incluindo os hospitais regionais e hospital metropolitano e o objetivo não era só apurar agora o montante, esse trabalho vai ser concluído no dia 14 agora de junho, na nossa proposta de encaminhamento a gente vai solicitar que seja encaminhada aqui pro Conselho. Não é apenas aprontar o montante em dívida, mas como vocês até citaram, a questão da transparência e controles pra que seja obedecida a legislação federal, as portarias do ministério de que esses repasses ou que deixou de ser repassado tem que ser acessível a todo mundo, a gente tem que entrar no portal da SES e identificar, Cuiabá recebeu, (inint) [01:15:53] recebeu, alguém não recebeu, qual que é o atraso? Como acontece com os recursos federais. E considerando também as dificuldades, amplamente noticiadas nas mídias dos hospitais que em razão dos repasses começaram a viver uma situação muito caótica, nós vamos finalizar também no dia 14 de junho um levantamento, aí em

quatro hospitais sobre intervenção Alta Floresta, Sorriso, Colíder e aqui o metropolitano de Várzea Grande. A equipe visitou esses hospitais em mais de uma oportunidade, então a gente vai buscar apresentar toda a situação, a gravidade da situação enfrentada em decorrência dos atrasos nos repasses ou nos pagamentos diretos aos credores. O levantamento é um processo de fiscalização mais simplificado, então se no dia 14 ele já será divulgado, já que ele não passa pelo crivo do gestor, a gente apresenta as evidências da situação identificada nos hospitais. O processo da auditoria de repasses obedece a fase de manifestação do gestor, mas aí numa segunda oportunidade já com esses documentos completos, a gente vai encaminhar pra vocês e se for conveniente a vocês, a gente pode vir também pra apresentar os principais achados identificados. E obrigada pela oportunidade.

M2: Agradecemos o pessoal da Secretaria de Controle e procuradoria. Agora, quem é o próximo? Alguém gostaria de comentar?

Ana Boabaid: Questão de ordem, seu Presidente. Nós temos uma pauta que regimentalmente tem que ser encerrada. Tá se discutindo outros assuntos e isso tem que ser colocado em votação, se não nós estamos ferindo o regimento.

M2: Orlando.

Orlando: Orlando, (inint) [01:17:57]. Então, Ana, eu vejo o seguinte, que eu até solicitei a mesa se a Secretaria de Saúde não tem nada pra apresentar, ninguém vai apresentar nada, mas eu acho que esses dados do Tribunal de Contas interessante. Aliás, o Luís Eduardo e Lidiane eu acho que já teve até alguns debates com a Educação lá sobre os dados técnicos

do Tribunal de Contas, então eu não vejo problema nenhum dele trazer esses dados até nos contribui, agora nós não temos que fechar pauta não, Ana. Nós temos que debater entre nós aqui já que o governo não vai nos apresentar nada. Se tem alguém representando o governo que não seja, que esteja em condição de apresentar bem, senão nós vamos tirar encaminhamento aqui dessa pauta que foi deliberada. Essa pauta está sim em discussão. Eu peço até pra mesa, se não tem ninguém do governo que vai apresentar algo correspondente ao que foi solicitado na pauta, que é os recursos de transferência para os hospitais filantrópicos e os municipais até porque são 18 milhões de recursos da União que veio pro Estado, desses 18 milhões, 3 milhões é para ser repassado aos municípios e tem que cumprir a lei complementar 141, que tem que ser repassado pras contas fundo a fundo, só da saúde mental. São 18 milhões. E existem vários municípios, Juína, inclusive, agora ontem estive no Ministério Público pra denunciar os sete meses sem receber recurso e agora o próprio Tribunal de Contas traz aqui os demais municípios que tá nessa situação do caos, então nós temos que tirar aqui o encaminhamento sobre esse Estado de coisa, então tá assim, a pauta tem que prevalecer e nós tirarmos encaminhamento caso a Secretaria tem alguém que vai apresentar algo sobre esse ponto de pauta, bem, senão vamos seguir e vamos tirar encaminhamento.

M2: Em resposta ao que a conselheira Ana falou, a pauta tá em andamento. E nós gostaríamos, inclusive, eu gostaria de colocar em questionamento algumas pessoas que queiram questionar a senhora Lidiane que façam as suas perguntas, e nós continuamos dentro dessa pauta e essa pauta vai sair com a resolução daqui hoje. Eu gostaria de

convidar nesse momento também, o senhor José Alves, vice-presidente, para tomar posse para que eu possa também questionar e falar a respeito daquela pasta que eu represento e que tem a maior parte do interesse dessa reunião aqui. José Alves, por favor.

José Alves: Senhor Presidente, a princípio penso, desculpa pelo atraso, tive um problema, mas eu proponho que o senhor dê continuidade a condução, a pauta já iniciou.

M2: Eu gostaria que você assumisse porque eu tenho alguns questionamentos sobre os usuários e, como conselheiro, eu gostaria também de estar em debate porque é a parte mais importante, é a parte mais fraca que é os usuários. Se eu não estiver nessa posição, eu vou tá impedido. Eu gostaria que o senhor assumisse aqui no meu lugar, por favor.

F3: Só uma questão de ordem, por favor. Olha, eu sou nova aqui nesse conselho, vocês sabem, não é nem a terceira ordinária minha. E o pouquinho que eu entendo de regimento interno, nós estamos furando o regimento. Porque existe uma pauta, eu acho que a gente pode até ver essa pauta, e o objetivo era o esclarecimento pela Secretaria, a Secretaria foi notificada ontem às 19 horas e não teve condições de estar aqui hoje pra fazer a sua apresentação. Isso não é omissão, isso é uma questão de preparação. Então, eu acho que nós temos uma pauta e é isso, gente. A proposta é que eles estejam aqui no dia 14 pra fazer essa apresentação e nós estamos simplesmente negligenciando isso. Estamos entrando em vários assuntos que não estão na pauta, e eu acho até que a gente pode, já respeitando as pessoas que estão aqui, falarmos sim, mas a proposta é

que nós façamos a apresentação, colocar esse tema na próxima pauta do dia 14 na ordinária. Isso não foi votado. Nós precisamos votar.

Reinaldo: Senhor Presidente, o senhor me dá licença? Reinaldo da UFMT. A pauta é apresentação, discussão e deliberação sobre a situação. Atraso no repasse de recursos da saúde para os hospitais regionais, filantrópicos e os municípios do Estado de Mato Grosso. Se não tem ninguém que apresente, nós já estamos discutindo, já estamos apresentando alguns dados relevantes de pesquisas que estão sendo feitas e nós podemos deliberar sim, podemos até, num outro momento, convocar novamente essa pauta. Mas eu acho que nós, em respeito a situação, precisamos dar sequência às atividades aqui. E a pauta está em aberto e sendo discutida, com todo respeito a colocação da colega.

Orlando: Presidente. Orlando, (inint) [01:23:44], segmento do usuário, eu tô concordando aqui com Reinaldo até porque, como o companheiro Oscarlino, como o presidente do Sindicato da Saúde apresentou, inclusive na audiência Oscarlino, lá no parlamento, lá na (inint) [01:23:59], não cabia mais gente. O que tinha de cidadãos e cidadãs lá no dia que foi apresentado pelo presidente do SISMA e os demais colegas, diretores do SISMA, o caos da saúde. As condições precárias, o caos. E a gente tava presente, vários dos segmentos do usuário estavam presente, que são trabalhadores da Educação, que levou pros seus municípios aquele estado de coisa, e o que foi colocado aqui, como Reinaldo lembrou, tem a ver com essa falta de transparência que o próprio Tribunal de Contas falou, de transparência das informações dos repasses, então nós estamos na pauta. Agora, se o governo tá dizendo que dia 14 vai apresentar alguma coisa,

até lá vai ficar morrendo gente? Tem que tirar algum encaminhamento além disso. Até dia 14 vai ficar morrendo gente? Eu não concordo. Nós temos que tirar um encaminhamento daqui de que a responsabilidade não é desse pleno. A responsabilidade é do governo até porque a lei complementar (inint) [01:24:58] expressa aquilo que o Estado precisa e traz pro conselho que o conselho vai ajudar a resolver. Eu não concordo de aguardar até o dia 14 nessa condição sem tirar um encaminhamento aqui. Que pelo menos o encaminhamento da responsabilidade do governo do Estado porque o conselho está aqui pra tentar ajudar a resolver o problema. De pessoas que tão morrendo lá, ou falta leito, ou falta remédio, ou falta atendimento do hospital, ou falta ambulância. Ou seja, isso não é relevância pública. Dá explicação que o secretário não veio, dá explicação que recebeu documento, isso não é relevância pública. Nós não podemos aceitar. Então, nós estamos na pauta sim e vamos tirar encaminhamento. Só me desculpa, presidente, sobre o relato do Tribunal de Contas, um minuto. Até porque, acho que o (inint) [01:25:54] tinha até puxado esse assunto já no início. Interessante o tribunal ter conhecimento de que tem a responsabilidade de acompanhar a execução orçamentária, né, Oscarlino, dos recursos da saúde através do relatório anual. Esse pleno tem reprovado as contas, não só do governo que saiu, como do governo que está presente, e aí a gente precisava saber também, não hoje, talvez vocês não tenham condições, porque que o Tribunal de Contas dá parecer favorável a aprovação dessas contas e o próprio parlamento, então tem uma responsabilidade também o Tribunal de Contas, salvo se não é isso que a gente tem acompanhado nas notas técnicas e nas informações, nas apresentações lá na Assembleia Legislativa, de que o relator lá na

Assembleia Legislativa apresenta de que há o parecer favorável do Tribunal de Contas das contas da Saúde, inclusive. Das contas do Estado e das contas da Saúde, e nós estamos acompanhando lá, nós estamos reprovando aqui nesse pleno. Então, é interessante que o Tribunal de Contas tem conhecimento, embora nós já tornamos isso público.

José Alves: Obrigado, conselheiro Orlando. Eu, antes de passar a fala pro próximo conselheiro pela ordem das falar, conselheiros Carlos Zeiler, Carlos Pereira e conselheiro Marius, são os escritos da mesa. Mas esclarecer, me perdoa se eu patinar aqui pelo meu atraso e repetir falar, mas esse pleno tem a prerrogativa do debate, da formação de convicção e de todo o encaminhamento que entender necessário. A ausência da gestão, se isso fosse um motivo pra que a gente não debatesse, a gente taria no primeiro mês do ano passado, ausência do secretário aqui é uma continuidade. Ele não tem comparecido, ele não tem acolhido, ele entende a posição e a inserção desse conselho, mas ele não inclui nas suas próprias decisões os encaminhamentos desse pleno. Ele não acolhe então, na verdade. Mas tem sobre a mesa, duas propostas e eu preciso submeter para além das falas que virão, pra que a gente não dê continuidade, fala a fala, antes de encaminhar isso. Me corrijam se eu estiver errado, tenho uma proposta da continuidade da reunião e o debate do encaminhamento, mas também uma proposta pelo encerramento da (inint) [01:28:27].

Reinaldo: Questão de ordem, por favor. Conselheiro Reinaldo, UFMT. Existe uma colocação da doutora Ana (inint) [01:28:38], desculpe. Agora não, antes, no início. Né, doutora? Da senhora Ana Boabaid, sobre a

inclusão de outros temas de pautas além da discussão do que está sendo posto aqui. Então, uma coisa não é excludente a outra.

José Alves: Três encaminhamentos sobre a mesa então.

Ana: Eu só queria colocar o que eu coloquei que parece que não teve uma interpretação legal. Eu coloquei que, regimentalmente, quando se faz uma reunião extraordinária, se tem uma pauta. Se não vamos cumpri-la como foi proposto, nós não temos governo aqui, a gente encerra ela, isso não impede que a gente crie-se (inint) [01:29:25] temas, mas tem que encerrar essa. Encerra e define quais temas vão ser dialogado aqui. O diálogo tem que existir sim, de forma alguma, porque esse aqui é o maior espaço democrático conquistado pelo povo brasileiro.

José Alves: Ok. Próximo orador inscrito, conselheiro Carlos. É, o apelo que eu faço é que quando pedir a fala, eu vou ter que respeitar, acolher as falas e só depois de todas as inscrições, eu vou submeter a votação das propostas. Então, o apelo que eu faço é, se pedir a palavra. Ok, obrigado conselheiro Mário, conselheiro Carlos.

Carlos Zeiler: Carlos Zeiler, presidente do conselho regional de Educação Física. Presidente (inint) [01:30:15], eu acho que o que nós temos que fazer aqui também, eu tô encaminhando como pauta e este conselho está atrasado, até porque a gente não consegue escolher o presidente desse conselho como demanda, né. A 333, a 453, a 8 mil e 80 e vai embora, né. É, o governador vetou porque o senhor Berturi disse que ia presidir a conferência Estadual, a oitava conferência Estadual de Saúde, ele ia ser o presidente, essa é a justificativa do veto. E na última hora, o Berturi nem participou tudo, né. Nem esteve, pediu demissão antes, lembram? Muito

bem. Então, quer dizer, e virou hoje assessor da Casa Civil. É o prêmio, esse é o prêmio, meu colega de Universidade Federal, mas é o prêmio, largou um osso e pegou outro. Pode me processar se quiser. Presidente, é o seguinte. O conselhor está atrasado. Nós temos (inint) [01:31:15] e o encaminhamento é esse. Aqui referendar a moção de apoio feita pela associação médica de Mato Grosso, associação médica brasileira, pelo conselho regional de Medicina em relação a situação de Sorriso e ao doutor que teve a coragem de falar. O conselho deveria tirar daqui essa moção de apoio ao repúdio que foi feito em relação ao que os conselhos se manifestavam porque ele teve a coragem, o que o deputado Gilmar Fábres fez, não se faz. Então eu acho que nós deveríamos, essa é uma proposta, eu vim aqui com esse imbuído. O único probleminha é que minha esposa fez uma cirurgia, eu preciso sair às 16 horas, mas eu, se for esse caso, que aqui fosse votado moção de apoio à nota de repúdio feita pelas Associações Médicas, conselho Regional de Medicina, Associação Médica do Brasil em relação ao que foi o escrachamento em relação ao colega em defesa do hospital de Sorriso. Médico, seja encaminhado ao médico deste pleno aqui uma moção de apoio pela coragem que ele fez em defesa do sistema, denunciando a falta. Só isso.

José Alves: Obrigado, conselheiro Carlos. Só pra esclarecer que isso já está pautado para a próxima ordinária. Pela ordem, conselheiro Carlos Pereira.

Carlos Pereira: Carlos, representante de patologias. Senhores. Ninguém mais do que eu pode dizer o quanto já bati na porta da Secretaria de Saúde. Depois da saída do senhor João Batista Pereira, eu nunca mais consegui falar com o secretário. Fui atendido por um senhor com nome de

Wagner que se empoderou da secretaria e eu descobri, conversei com o conselheiro Orlando, tivemos fazendo algumas investigações, descobrimos que esse senhor não está nem nomeado, e esse senhor está despachando na secretaria. É com esse senhor com quem eu tenho discutido meus medicamentos? Ou seja, ilegítimo. É uma irresponsabilidade o que eles estão fazendo com a Secretaria de Saúde. No caso, amanhã, tô eu hoje presidente da Associação de Pacientes Renais, representante de patologias, não posso (inint) [01:33:59] da minha esposa. Amor, vai lá atender pra mim porque eu não posso e vai lá e assina e manda. Senta lá no conselho e diz o que você quiser. Gente, isso aqui não é bagunça, não. Isso aqui é um local de respeito. Nós estamos discutindo vidas. Quando eu falo pra vocês, eu tenho diversos documentos protocolados no Ministério Público, protocolado na Casa Civil, mas infelizmente a Casa Civil não me atende mais porque toda vez que eu vou, tá lá um monte de papel. O governador não respeita isso. Se alguém disser pra mim que o governo não tinha conhecimento de que tá faltando medicamentos, igual algumas pessoas da mídia, nós discutimos mídia, eu vi ontem na Gazeta, 45 dias sem medicamento, é mentira. Porque eu estou desde o ano passado sem medicamento. Desde janeiro nós estamos sem medicamento. Temos pacientes morrendo. Eu não aceito de maneira nenhuma que venha alguém dizer, um jornalista comprado, irresponsável, que venha dizer que tá faltando medicamento há 45 dias porque ele não tá tomando esse medicamento. Eu tenho que tomar Diazepan pra dormir porque o meu medicamento não vem. Porque o governador não me atende, porque o governador senta no palanque e vai fazer transformação transformando o nosso Estado em um cemitério. E agora todo mundo tá dizendo arrumou

70 milhões na sexta-feira. Negativo, tinha dinheiro lá. Porque se não tivesse, não tinha pago. Senhores, nós temos aqui cotação, todo mundo está vendo, só se diz cotação. Nós não tomamos cotação, nós tomamos medicamentos. São 5 mil e 700 pessoas de cotação, e quando se fala em finalidade, eu digo pra vocês, tem 36 medicamentos aqui e nem faz que é Carnabiol, são coisas que tão sendo importadas. Quando se fala que nós estamos judicializando, nem a justiça tá nos respeitando. Doutor Alexandre (inint) [01:36:03] eu tenho levado em mãos pra ele. Eu disse na última vez pra ele, na última entrevista que eu dei, estou levando pra Brasília porque essa câmara aqui não é mais respeitada. Senhores, ou a Saúde muda ou nós vamos enterrar os nossos pacientes. Se ninguém quer saber, eu digo pra vocês. Eu falei e falo, nenhum judiciário usa cartão SUS. O judiciário não tem capacidade de ir num hospital, num pronto-socorro e saber o que está acontecendo ali. Nenhum deputado, ainda mais um infeliz como o senhor Gilmar Fabes, que fez um comentário infeliz porque o que eu tenho dele é um monte de processo. O dia que acabar o foro dele, ele estará na cadeia como outros. Lá sim, tá um lugar de um ladrão que tem roubado, que eu nunca vi um estado tão rico como Mato Grosso, porque o tanto que tem sido roubado, o tanto que tem se retirado e ainda tem estado de pé. Senhores, eu peço a vocês a misericórdia, vamos sair daqui, eu pedi, eu nomeei e digo pra vocês, eu tô com documento pedindo a prisão do senhor secretário e do senhor governador porque nós não temos Secretário de Saúde porque o secretário, todos os dias que nós vamos lá, eu nunca encontro aquele senhor lá. E ele disse que atende na parte da manhã, na parte da manhã a Secretaria não funciona. Pra um cidadão não, pode funcionar pra alguns, mas pra cidadão não funciona, é

a partir das 13 horas. Senhores, me desculpe o desabafo, mas nós precisamos mudar essa saúde. Ou nós mudamos a saúde ou vamos fechar essa pauta mesmo porque isso aqui não adianta mais. Nós ficamos aqui nesse lenga-lenga e dizer: "isso não tá na pauta". Tá na pauta sim senhores porque eu tenho pessoas morrendo nos hospitais, eu tenho pessoas morrendo na hemodiálise, a vida está em jogo. Nós não temos tempo pra ficar judicializando não. Você não ganha de um dia pro outro a liminar não. Os nossos juízes mandam uma liminar, e aí o que acontece? Não se respeita, não se cumpre. Eu tenho várias liminares na mão que não são cumpridas. Nós fizemos um ataque na época do secretário adjunto Peres junto com o seu Alexandre Guedes. Não foi cumprido, estamos desde janeiro sem o medicamento (inint) [01:38:19]. Ele não tá nem nessa lista aqui. Digo pra vocês de prova, infelizmente, ou nós saímos daqui com a pauta de repúdio pedindo pra trancar todas essas pautas e não atendemos mais o governo e pedindo a intervenção do Conselho Nacional de Saúde, ou nós vamos pagar muito caro porque nós vamos pagar com a vida das nossas famílias. Hoje você pode não estar precisando, mas muitos aqui, na hora que bater num pronto-socorro um filho seu, a mãe sua ou algum dos irmãos vocês vão saber o que é porque dinheiro nem todo momento ele soluciona o nosso caso. É no momento que você precisar de um esparadrapo é que você vai saber porque que o médico, quando o médico está chorando, o usuário está esperneando. Senhores, muito obrigado.

José Alves: Obrigado, conselheiro Carlos. Parabéns pela postura vigilante. Acho que a sua fala manifesta a dor das pessoas crônicas já ativas que tanto sofrem com a falta de medicamento nesse Estado. Conselheiro

Mário retirou a inscrição dele, então a gente pode... conselheira Ana, conselheiro Oscarlino.

Oscarlino: Eu queria só fazer um adendo na fala do nosso colega. Que o dia que fizeram uma comissão dos doentes renais da associação, foram lá reclamar pro primeiro Secretário de Saúde. O secretário partiu pra cima dele lá, quase que bateu nele, ainda registrou boletim de ocorrência que nós fomos liberar eles na delegacia o usuário do SUS.

José Alves: Conselheira Ana.

Ana: Não na delegacia comum, na GAECO e eu fui citada na época. E o SISMA, realmente, que nos defendeu. Eu queria colocar também que esse pleno deliberou pra que a gente participasse a pedido da câmara de imediação e conciliação da Saúde e nós fomos representar o conselho. Um espaço ímpar, realmente, pra fazer ideiação, mas pra nossa surpresa, chegamos lá, nós colocamos um breve relato do controle social, inclusive das resoluções, porque que nós não seguimos a questão das OS, além da desestrutura do conselho, mas porque temos uma resolução desde 2012 no Ministério Público sem um retorno esperado até hoje no qual este pleno também já encaminhou pra Corregedoria Estadual e Nacional e tamo aí nessa andança tentando cumprir o papel do controle social. Lá naquele espaço, inclusive a conselheira esteve presente também, a Fernanda, e um espaço onde a justiça está tentando resolver, conselheiro, essas situações do túnel da morte. A gente fala túnel da morte, arrepiá, não? Pra mim, dói porque eu usuária, eu sou lá da ponta, eu sou do bairro, eu sou da vizinhança, e toda hora tem alguém pedindo um socorro. Que a gente acaba furando fila, fazendo corrupção pública porque o sistema não

funciona. Então, eu achei muito interessante esse espaço porque eles tão trabalhando com dados importantíssimos pra esse pleno conhecer. Tão trabalhando com área técnica importantíssima da SES, mas tímida com medo de levar a verdade pra lá. Agora, por outro lado, nos surpreendeu a todos os representantes que estavam a Corregedoria, controladoria geral da União, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, faltava o conselho que tava chegando esse dia. Cosemes, todos têm assento lá e, pra minha surpresa, o gestor também não foi. Não foi e, na época, ele mandou uma representante que ainda não tinha publicizado, hoje é a gestora maior do SUS, Fátima Ticiandel, mas naquele momento ela não tinha representatividade de gestão. E foi uma surpresa pra toda instituição e foi polêmico, isso que eu queria colocar pra vocês e eu não estou ainda em mãos, eu pedi pra Flavinha pra solicitar, eu pedi a ata dessa reunião que eu pedi que todas as reuniões que o conselho participasse, já tem aí, que nos repasse para repassar pra todos os conselheiros porque é um espaço que realmente nós temos que dialogar sobre ele nas comissões e trazer os encaminhamentos pra esse conselho e até chamar os pares, inclusive isso que surgiu nessa reunião pra esta, de chamar os pares da importância que é abaixo de Deus, a mola mestra do mundo, que é o dinheiro, né.

José Alves: Obrigado, conselheira Ana. Eu acho assim, não há mais quem queira discutir essa questão e a gente vai submeter então a proposta da mesa. Só a termos de conhecimento, a proposta da Vera é de inclusão de novas pautas na pauta, ela é impedida pelo artigo 29 do nosso regimento. Discutir outros assuntos, eu chamo atenção porque a gente também tem que seguir o regimento sob pena de não ser validada as nossas decisões.

Vera: Presidente, a minha proposta não é novas pautas, era aprofundar esta pauta que tá aqui.

José Alves: Sim, para esclarecimento então. Tem sobre a mesa duas propostas, a de encerramento da reunião pela ausência da gestão e a de manter a pauta e a gente debater, discutir e encaminhar essa pauta. Por força do regimento, a gente não pode encerrar uma reunião e abrir outra sem chamamento. Eu chamo atenção porque eu não quero interditar o debate, mas pra gente se sustentar no regimento, se não nossas decisões não terão validade. Esse pleno é soberano, eu estou alertando.

Orlando: Presidente, me permite. Orlando, (inint) [01:44:52] segmento do usuário. A pauta pode ser que não foi na sua integridade debatida, mas nós temos que tirar encaminhamento da pauta. Ninguém pediu suspensão da pauta, ninguém pediu, ou seja, a pauta foi debatida, sendo debatida, os pontos foram levantados que são relevantes e nós temos que tirar encaminhamento. Eu já tô propondo o encaminhamento da pauta que é a responsabilidade do Estado, responsabilidade do governo de não vir aqui fazer a apresentação mesmo com a justificativa de ter recebido o documento já de imediato. Mas quem está como ordenador das receitas da Secretaria de Saúde não somos nós conselheiros, é o Estado. O Estado tem lá um ordenador do que é receita, do que é o custeio da Secretaria de Saúde. E mais, nós temos aqui, além do Conselho que é um órgão deliberativo, que é um órgão que tem responsabilidade que também conselheiro e conselheira vai preso por omissão. É só ler a lei complementar 141, também vai preso por omissão. E esse conselheiro e essa conselheira, pode escrever, vai ser exposto em praça pública

diferente de uns que é escondido. E quero concluir dizendo o seguinte. Nós temos aqui representação do Ministério Público e representação do Tribunal de Contas. São poderes que tem que se manifestar, um deles já se manifestaram, tem que se manifestar, já que foi colocado aqui pelo segmento do governo de dia 14 vai votar a discussão da pauta. Isso pra mim é remendo, é atalho, nós temos que tirar o encaminhamento aqui que é de responsabilidade desse governo, o que o Carlos trazia aqui, o absurdo aqui, o encaminhamento é esse, responsabilidade do Estado, do governo com relação a esse estado de coisa de não dar transparência dos recursos que está colocado aqui em pauta para os filantrópicos, regionais e aos municípios. E os óbitos que tá aumentando. Esse é o encaminhamento que eu tô propondo aqui.

José Alves: O apelo que eu faço, gente, é pra que não haja novas inscrições e que a gente submeta a votação. As falas fora da pauta, vocês sabem que elas não têm força de encaminhamento. Existe sim, conselheiro Orlando, um pedido pra que a gente encerre a reunião e eu preciso submeter. Tem a sua proposta da manutenção da reunião e tem uma proposta de encerramento da reunião. Todas vieram à mesa, eu acolho e submeto a apreciação dos senhores e senhoras. Todos esclarecidos? Em regime de votação, quem aprova a continuidade da reunião, que se manifeste. Continuidade com pauta única e que pra mim já é uma pauta bastante extensa e a gente tem muito pra falar dela. É encerramento dela. Esclarecimento. Tem sob a mesa duas propostas, uma de encerramento dessa reunião alegando ausência da gestão. A outra proposta é manter a reunião e manter a pauta, discutir, debater e deliberar. Em regime de votação, todos esclarecidos? Conselheira Ana.

Ana: Primeiro, aqui na... tô disléxica, mas nem tanto. Aqui tá assim, apresentação, discussão e deliberação sobre a situação, atraso e repasse de recursos da saúde para os (inint) [01:48:34] da regionais, filantrópicos, municipais do Estado do Mato Grosso, mas aqui não fala que é a gestão que vai apresentar.

José Alves: Meu Deus, mas a mesa também não falou isso. Mas quando um conselheiro faz uma proposta pra mesa, por força regimental, eu tenho que acolher e submeter.

Ana: Com certeza, seu Presidente, eu tô só colocando, alertando que o diálogo, desde a hora que eu cheguei, cheguei atrasadinha que nem o senhor, mas o diálogo desde o início que eu cheguei aqui foi em cima da ausência da gestão. A gestão ocupa 25%, se ela não veio e se nós quisermos dialogar nessa pauta, não estamos ferindo o regimento. Eu não tinha lido ainda, o senhor desculpe.

José Alves: Essa mesa tá aberta a qualquer proposta de qualquer conselheiro e ela recebeu a proposta. Conselheira Elaine.

Elaine: Uma questão de ordem. Essa proposta foi retirada na última reunião extraordinária da semana passada que haviam poucos conselheiros, tanto é que não foram um quórum suficiente pra assinar e isso só foi assinado na segunda-feira ou na terça-feira, Lúcia. Na última terça-feira.

Secretária Lúcia: Ontem.

Elaine: A proposta era de que a secretaria viesse trazer os dados pra nos esclarecer. Talvez ela não esteja escrita da melhor forma aqui, mas esse

era o objetivo dessa reunião extraordinária. Que nós tivéssemos a fonte segura da secretaria. Foi só esse o objetivo.

José Alves: Mas você mantém a sua proposta de cancelamento da reunião?

Elaine: A proposta é que nós façamos essa pauta na próxima reunião onde a secretaria virá trazer todos esses dados.

José Alves: Todos entenderam a proposta da conselheira? Tudo esclarecido? Vamos fazer uma votação em cima dessa proposta? Caso ela seja reprovada, a gente propõe a do conselheiro Orlando. Todos esclarecidos? Insisto, a gente vai ficar a tarde inteira só pra decidir isso, tem uma proposta pra retirada de pauta, a pauta é única, encerramento da reunião pelos motivos já falado aqui. E tem a proposta do conselheiro Orlando pra manutenção da pauta e a gente continua nossa reunião com discussão e deliberação. Se tiver todos esclarecidos, a gente passa pra votação.

Reinaldo: Eu tô querendo esclarecer ou ser esclarecido, por gentileza, posso falar? Reinaldo, UFMT. A pauta que está escrita aqui é clara. Ela não cita, neste momento aqui, nem considera necessária pra se discutir a presença do gestor. Se, como foi colocado aqui, dependêssemos do gestor pra discutir qualquer assunto aqui, já estaria fechada essa pauta há muito tempo porque ele nunca tem vindo aqui. Agora, esperar até o mês que vem, e depois o outro, não vai, pô, é falta de respeito. Façamos uma discussão como o conselheiro tá colocando, como tá proposto e foi aprovado com pessoas que estavam ali, se quisermos fazer uma outra, se o pleno entender que devemos discutir novamente isso com a presença

da gestão, façamos uma outra discussão. Agora, não acho respeitoso às instituições aqui presentes que a gente volte para casa sem discutir um tema porque o gestor não veio. Ele não veio porque ele não quis ou porque não tinha oportunidade. Mas nós estamos aqui e em respeito às nossas presenças e às nossas representações institucionais, sou a favor e defendo que façamos a discussão adequadamente.

José Alves: Senhores, esclarecendo, as falas dos senhores servem muito pra formação de convicção dos pares que tão ouvindo vocês. Mas eu preciso acolher a proposta na mesa e submeter. Se você estiver convencido disso que acabou de falar, é só reprovar a proposta da conselheira, a gente respeita o regimento e continua o debate nesse impasse que paramos. Conselheira Fernanda.

Fernanda: Conselheiro Reinaldo, é que na verdade, foi deliberado essa reunião na última extraordinária na semana passada justamente por esse motivo. Foi discutido com alguns poucos conselheiros que estavam lá na sede do Conselho na semana passada e essa reunião de hoje, a decisão de fazê-la foi para trazer o gestor. Então, foi uma solicitação inclusive minha e que depois foi acatada pelos outros conselheiros que ali estavam presentes, então o real motivo, é que talvez aqui realmente como tá colocado na pauta, não fica esclarecedor, não está da forma como foi discutido, mas o motivo real de estarmos aqui hoje era exatamente esse que não foi, infelizmente, que não foi possível tá aqui diante também da secretaria do Conselho ter comunicado e feito memorando pro gabinete dos secretários só ontem às 19 horas.

José Alves: Ok, conselheira, obrigado. Eu acho que a posição da gestão já está colocada, o contraditório também tá colocado, eu acho que a gente tem agora que encaminhar pra votação. Conselheiro Orlando.

Orlando: Não, eu concordo com a mesa, Orlando, (inint) [01:54:39] usuário, eu concordo com a mesa porque tem que fazer o encaminhamento, mas eu quero reforçar que a minha proposta inclusive também referendada pelo conselheiro Reinaldo porque a justificativa que tá sendo colocada, não foi dado tempo pra fazer o encaminhamento, e que no dia 14 vai ser feito, isso não diminui a responsabilidade do Estado, então porque que eu tô propondo que a gente mantém o encaminhamento de responsabilizar o Estado. Porque se nós não tivéssemos buscado a discussão, se nós não tivéssemos aqui preocupado com essas vidas, sim, nós, inclusive, o Ministério Público tá aqui, podia chamar a polícia e mandar prender o conselho por omissão. Acontece que nós não estamos omitindo. Se o Estado tem até o dia 14 pra apresentar, ok, apresenta. Mas que a gente delibera aqui a responsabilidade do Estado com relação a essas vidas que tem a ver com o quê? Com a falta de dinheiro pra remédio, com a falta de dinheiro dos hospitais, dos leitos, de UTI, e outros itens que todos nós temos conhecimento. Agora se a gente apenas encerrar dizendo que dia 14 vai ser apresentado, pra mim é omissão desse conselho. E aí nós podemos também ser denunciados por omissão. Reuniu-se lá, no Hotel Fazenda Mato Grosso, às 14 horas, pra quê? Gastou dinheiro público pra quê? Pra ficar na condição de omissão? Não. Alguém tem que ser responsável por essa vida, porque se eu tivesse a responsabilidade da caneta, eu resolveria agora. Só que eu não tenho.

José Alves: Todos esclarecidos? Posso submeter a votação? Em regime de votação, quem aprova a primeira proposta da conselheira Elaine e conselheira Fernanda, que é de cancelamento dessa reunião e transferência pra 14 de junho, é isso? Quem aprova essa proposta, por favor, que se manifeste. A gente precisa fazer a contagem. Um voto. Contrários. Abstenções. Dez votos contrários, dois favoráveis, nenhuma abstenção. Essa proposta então... bom, tenho que submeter a outra pra... quem aprova a proposta do conselheiro Orlando, que a gente mantenha a pauta e faça a discussão, que se manifeste. Contrários. Abstenções. Aprovado. Mantida a pauta então, eu acho que a gente pode fazer uma continuidade das inscrições e aí eu acho oportuno também a gente dar a fala pros órgãos que compareceram, eles são órgãos de controle externo como a gente, a gente quer saber como é que eles tão lidando também com essa situação, como tão atuando, como que a gente pode fazer parceria. Tudo bem?

M2: As instituições foram convocadas, Ana, então tem que dar a palavra. Tudo bem.

José Alves: Tem conselheiros inscritos, eu posso propor que a gente dê a fala às instituições primeiro? Todos concordam?

F: (inint) [01:58:35].

José Alves: Obrigado. Então.

F: Luís Eduardo e Caio.

José Alves: Então, pela ordem, eu chamo doutor Caio Valença, procurador do Estado de Mato Grosso. O senhor tem 10 minutos pelo tempo regimental.

F: (inint) [01:58:58].

Caio Valença: Boa tarde, pessoal. Meu nome é Caio. Com relação à pauta da reunião de hoje, diante do regimento de vocês e aqui dando uma opinião jurídica e representando também o Estado de Mato Grosso, diante do artigo 29, não se pode mais adicionar novos assuntos a tratamento. E diante da situação extraordinária que foi a notificação do Secretário de Estado 7 horas do dia anterior, eu também acredito que não seja razoável pôr em pauta um assunto que é da importância dele também sob pena de tornar as deliberações aqui nulas, tendo (em vista que o próprio regimento) [01:59:50] é bastante claro em relação a isso. Acerca do assunto, como não me deram oportunidade, não me deixaram a par dessa situação e a PGE em si, eu não tenho muito o que falar sobre isso. Então, na minha opinião, deveria ser adiada a audiência para que se fosse notificado de forma regulamentar o secretário, e de modo que este sim pudesse apresentar as informações que foram pleiteadas na reunião passada. Obrigado, boa tarde.

Oscarlino: Questão de esclarecimento, senhor Presidente.

Presidente: Oscarlino.

Oscarlino: Oscarlino, representante dos trabalhadores. A própria presença, o próprio interesse do secretário não teria que estar pautada, posse dele. A posse como presidente do conselho não está relacionada na pauta de hoje, nessa reunião extraordinária. Quer dizer, ele teria que

tomar posse primeiro para ele ter esse direito de estar aqui presente e se inteirar. E não tem impeditivo nenhum. Não entendo que tenha qualquer impeditivo nesse quesito, a não ser que, do jeito que a colega da Secretaria comentou, a gestora, ela disse que tem um grupo de conselheiros que se reuniu na semana passada. Em função do quórum inapropriado, não se tocou essa reunião, e que este item da pauta que foi elencado hoje para esta reunião extraordinária, tinha como condição sine qua non que fossem apresentados dados por parte da gestão com relação às quitações das parcelas atrasadas dos contratos com as unidades hospitalares.

Presidente: Obrigado, Conselheiro Oscarlino, pela ordem eu convido Luís Eduardo representante do Tribunal de Contas. Luís Eduardo e Lidiane, tempo regulamentar.

Luís Eduardo: na verdade não vou precisar nem de 10 minutos, um minuto, dois minutos bastam, eu faço parte da secretaria de controle externo de auditores operacionais, juntamente com a Lidiane, eh, eu tô participando diretamente desse levantamento que tá sendo realizado nos hospitais que estão sendo ocupados né, que estão passando por ocupação da gestão direta, Alta Floresta, Colíder, Sorriso e Metropolitano de Várzea Grande né. Em que pese a gestão não ter comparecido hoje, eu só queria dizer pra vocês que minhas expectativas foram supridas, porque eu estou aqui mais pra ouvir vocês, muito obrigado viu?

Presidente: Obrigado Luís Eduardo, pela ordem de inscrição, a Conselheira Sandra. Presente? Tá ausente? Conselheira Ana.

Conselheira Ana Boabaid: Ele é do Tribunal de Contas? Ana Boabaid do Neon, Núcleo de Instituto de Organização da Mulher, segmento do usuário. Eu queria colocar para você uma situação interessante, nessa aproximação das outras instituições como vocês que estão acompanhando no controle, auditoria que é uma coisa que esse pleno precisa muito, de auditoria, porque nós somos também um órgão fiscalizador e o governo nos aleijou, desde o governo passado nos tirou as assessorias, inclusive a assessoria que fazia esse controle para a gente, e informava o conselheiro, porque o conselheiro é voluntário, e ele nem tem tempo de estudar isso, ele tem que ser assessorado como vocês assessoram nos seus órgãos, e eu não sei se você sabe, mas esse pleno, quando você fala dessas instituições, Alto Floresta, Sorriso, Colíder, essas são instituições, o Metropolitano, Rondonópolis e Cárceres, que estão sob gestão OS, e esse pleno, em 2012, aprovou uma resolução revogando a autorização das OS, o modelo de gestão de OS em Mato Grosso, vocês sabem disso? Tá. Então para nós seria até bom ouvir de vocês o que, que vocês, a PGR, que lida com as leis, orienta o governo, o que, que vocês acham de uma situação que o órgão superior da saúde delibera, o governo não homologa, vai para o Ministério Público, e não acontece, 2012, 2013, 14, 15, 16, 2017. Seis anos, e enquanto isso toca-se o barco de um modelo de gestão de saúde pública não aprovado por este pleno, revogado o modelo antigo. E este governo atual ele é conhecedor disso, desde o primeiro momento que o Marco Bertúlio esteve aqui, nós temos a ata aqui inclusive eu esclareci sobre isso, porque eu sou conselheira antiga aqui já, e fiz questão de esclarecer. Eu gostaria de ver o ponto de vista de vocês jurídico, porque eu sou leiga nisso. Juridicamente, como é que fica

quando é órgão superior deliberativo propositivo e recursal. Nosso recurso se vai através do Ministério Público. Procura-se o órgão pra recurso e não acontece, o que, que esse conselho faz?

F3: Presidente, eu quero complementar a pergunta da conselheira – é possível?

Presidente: Conselheira (inint) [02:04:46].

F3: Eu queria assim, junto com a pergunta da Conselheira Ana, pergunta para os órgãos que estão aqui, quantos processos, quantos requerimentos que tem dentro dos órgãos que eles estão aqui representando, relacionado à atraso de repasse de recursos da saúde, que tem recebido lá né. Para a gente conferir se é dos hospitais que a gente tem informação ou não né, como é que tá a tramitação desses processos lá, de que não... manifestação de que não tenha recurso. Então a gente queria perguntar para eles, porque não tem como tomar conhecimento a quantas anda a situação.

Presidente: Obrigado Conselheira, eu passo a palavra ao Conselheiro Orlando, depois a gente retorna aos convidados pras questões. Conselheiro Orlando.

Orlando: Ok, Orlando SINTEP segmento usuário. Então eu quero sair um pouco da zoina de conforto e dirigir a palavra inclusive pro Doutor Caio da PGR, que o regimento interno quando fala da reunião extraordinária, já tá dizendo, reunião extraordinária, artigo 28, o pleno do conselho reunir-se-á extraordinariamente apenas para tratar de matérias especiais ou de urgência. Essa questão que nós discutimos no dia 25, é uma questão de urgência, e em todas as reuniões extraordinárias ela é com pauta

específica como foi tratada aqui hoje de urgência urgentíssima. De relevância pública, gente, de relevância pública. Aí, Doutor Caio fala da dificuldade de tirar encaminhamento, de responder. Ora, a secretaria de saúde tem que estar aparelhada, ela tem que estar aparelhada para responder, a responsabilidade da secretaria. Eu quando eu sou chamado enquanto diretor do SINTEP Mato Grosso, quando Oscarlino é chamado enquanto diretor do SISMA, é para responder. Então o estado tem que responder pela saúde pública, isso é relevância pública. Tribunal de contas, Ministério Público, a procuradoria geral do estado, a defensoria pública que tem toda estrutura gente, tem toda estrutura para levar em consideração o que é relevância pública, saúde. Nós inclusive já fizemos debate, discussão interna lá no SINTEP, fizemos inclusive, no fórum sindical de que todos os recursos que estão sendo chamados recursos lá da lei Candir, que são mais de dois bilhões nos últimos três anos, em que a própria assembleia legislativa apresentou contra, que seja todo ele destinado pela saúde. Para salvar vida, nós já fizemos essa discussão interna. Nós enquanto simples trabalhadores, e simples usuários. Agora, os poderes precisam ter a coragem de dizer que falta a responsabilidade com a saúde pública, com a política pública do estado. Tá morrendo gente, tá morrendo gente. Mas por que, que tá morrendo gente? Tá morrendo gente porque falta remédio, tá morrendo gente porque não tem política pública, tá morrendo gente porque não tem, não está sendo levado em consideração o que é gestão de política pública, o que é relevância pública. Que me perdoe o Tribunal de Contas, que me perdoe a PGR, nós temos que ser mais incisivos, nós temos que ser mais duros diante de situações que estão colocadas aqui para nós. Se nós, pobres

conselheiros que só temos a língua e a boca, e as penas para andar, para defender saúde pública, os poderes tem muito mais estrutura e tem que ter muito mais coragem de vir com firmeza aqui pra dizer que não pode mais morrer gente nessa condição. Desculpa eu estar, exatamente. Mas é por indignação, porque dói na carne, dói na alma, a gente não mexe com papel, a gente mexe com gente, a gente não fica só no ar condicionado mexendo com papel, a gente mexe com gente. E desculpe aí a minha indignação.

Presidente: Obrigado Conselheiro Orlando, eu acho que eu voltarei então pros convidados, se quiserem fazer fala, porque foram direcionadas perguntas, eu não sei se vocês querem responder.

Luís Eduardo: Bom, respondendo a primeira pergunta com relação à contratação das OS's, o contrato foi revogado tendo em vista que estava havendo descumprimento desse contrato por parte das contratadas, o setor administrativo da PGR está lidando com isso, e a própria gestão em si está realizando os procedimentos pra realizar nova contratação com elas, com as OS's, na verdade eles estão estudando a possibilidade de se fazer isso e eventualmente vão apresentar propostas a serem deliberadas. Com relação ao outro conselheiro, desculpe, como é seu nome? Orlando, oh Orlando, o artigo 28 realmente é claro, ele fala que são matérias especiais e de urgências, e eu não tiro o mérito disso, de fato isso é um assunto de extrema urgência, a saúde em si como um todo, mas o próprio artigo 29, parágrafo 1º, informa que os assuntos aqui trazidos devem ser informados com antecedência, de modo que assuntos novos, impostos nessa deliberação não seriam válidos se forem incluídos tão somente na

deliberação do presente momento. Nas reuniões extraordinárias, somente serão permitidas discussões de assuntos que constem em pauta. Então se foi notificado ontem que eu acredito que não seja razoável, às 19 horas, deveria ser adiada a reunião justamente pra isso, e sob pena de nulidade da deliberação daqui feita, não se poderia incluir em pauta novos assuntos, que não foram incluídos nesta, na época da notificação da secretaria de saúde.

Conselheira Ana Boabaid: Eu queria só uma questão de esclarecimento do que ele colocou né?

Presidente: Em cima da fala dele?

Conselheira Ana Boabaid: Em cima da fala dele.

Orlando: Me permite, que eu esqueci de uma parte, é que no dia 29 nós tivemos a paralização também de todo o serviço público do estado, e isso também possibilitou que esse documento fosse tão ágil assim, mas mesmo assim não justifica a relevância pública, não justifica.

Conselheira Ana Boabaid: Eu só queria colocar senhor presidente...

Presidente: Só um minutinho, para que a gente não continue fazendo essa discussão, lembra-los que essa discussão se vai discutir ou não, foi submetido aqui, o pleno aprovou e a gente tá discutindo já né, então assim...

Conselheira Ana Boabaid: Já estamos discutindo, eu só queria esclarecimento que eu não ouvi direito quando você colocou, o senhor colocou, você né, novinho, tem idade para ser meu filho. Quando você

colocou a questão eu você falou que estão encerrando os contratos das OS e?

Luís Eduardo: Bom, como eu informei, é um setor específico da PGR que trata dessa parte de contratação, de contratos administrativos, o que me foi repassado para trazer pra cá, foi que os contratados, as OS's não estavam cumprindo a parte do acordo dos contratos delas. Em razão disso, o contrato estava sendo encerrado. Então o encerramento do contrato com novas propostas para se contratar novas empresas, desculpe, novas OS's ou propor alguma outra situação para melhorar a contratação e a prestação de serviço público futuramente, estão sendo analisadas pelo setor específico que é o setor administrativo da PGR juntamente com a secretaria de saúde. Entendeu?

Conselheira Ana Boabaid: Mas a PGR conhece a deliberação do conselho?

Luís Eduardo: Sim, a PGR está à par dessa situação, e como eu disse está analisando, porque é uma contratação de vulto grande, e ela precisa de um determinado tempo para poder analisar as minúcias jurídicas daquilo, mas de antemão, o que aconteceu foi exatamente isso, foi o descumprimento do contrato por parte da contratada.

Presidente: (inint) [02:12:20], o TCE, alô...

Conselheira Ana Boabaid: A PGR nesse caso ela desconsidera a deliberação do órgão superior da saúde, porque ela tá vendo a contratação de outras OS's.

Luís Eduardo: Eu não disse isso.

Conselheira Ana Boabaid: Não, eu tô questionando, porque se ela...

Luís Eduardo: O que eu disse foi que o setor está analisando eventuais propostas, o que me foi repassado foi que houve descumprimento do contrato por parte das OS's, que estava sendo analisando, mas se existe alguma posição acerca disso, eu acredito que nem eu tenha competência para estar falando sobre isso, entendeu? Porque é da PGR, e do próprio procurador geral juntamente com o governo do estado.

Presidente: Eu passarei então pro TCE para as considerações.

TCE: Sobre o, o que foi solicitado em relação aos achados de auditoria né, a gente realmente não tem essa competência de passar, porque o trabalho não está finalizado né, e como eu disse, o levantamento ele vai ser finalizado no dia 14, e a partir de então ele já se torna público e a auditoria ela passa pela análise de contraditório, e a gente necessita ouvir o gestor antecipadamente, então não seria o momento oportuno pra já apresentar esses achados né? Eu acho que o que foi direcionado ao tribunal foi esse questionamento, então assim, após finalizado essa etapa, a gente se prontifica a apresentar os principais achados, mas aí quando os dados já se tornam públicos né? Nós temos aqui a resolução, e também a gente teve acesso à ata, mas não ficou muito claro pra gente, que teve a reprovação do relatório anual de gestão de 2015, se alguém pudesse só sucintamente, não sei se é oportuno, nos esclarecer quais foram as razões da reprovação? Rapidamente, se isso for oportuno nesse momento.

Presidente: O próximo inscrito aqui tem uma ordem, parece que a gente não tá conseguindo obedecer, mas como tá um questionamento eu acho que pode, a gente permite, vamos lá, conselheiro Orlando. É para você responder sobre a reprovação do RAG.

Orlando: Eu pensei que ia ser primeiro as inscrições. Orlando SINTEP, segmento do usuário, o RAG de 2015 veio com as mesmas inconsistências de outros anteriores. O primeiro ponto da inconsistência é que não aplicou os 12% mínimo, que é o que expressa a lei complementar 41. Porque na realidade, a lei complementar 29, ela fazia recomendações, no caso da lei complementar 141, ela expressa que ela, que tem que fazer o que pode fazer e o que não pode fazer. Por exemplo, para os artigos 4 e 5 da lei complementar 141, aquilo que a secretaria de saúde quer fazer que não tá expresso lá que pode fazer, ela tem que trazer para o pleno do conselho, quando ela não faz e apresenta essa conta no relatório, ela tá descumprindo a lei complementar 141. Por quê? Ela não tá cumprindo os 12% mínimo. Quando fala: 12% mínimo no estado e 15% mínimo pra município, tá falando de atendimento de saúde, serviço público de saúde. Não é trocar roda de ambulância, é serviço público de saúde, pra isso tem lá uma outra rubrica, um outro artigo que fala o que é as contas da saúde, nós temos exemplo das ações sanitárias, elas têm lá os pontos das ações sanitários que eram necessários? Sim, e que tem que ser feito? Sim. De reforma inclusive dos hospitais? Sim, mas que seja trazido para o pleno. E mais, quando as, nos RAG's são apresentados exemplos de 2015, não deixa transparente que as contas que receberam recurso de transferência que são as contas fundo a fundo por bloco, o que, que significa isso? Se vem o dinheiro para a qualificação de técnico de, do SUS, se vem o dinheiro que é verba carimbada, se vem o dinheiro para a vacinação é verba carimbada, se veio para a qualificação de conselheiro, é verba carimbada, e isso tem as contas específicas para receber esse recurso, no entanto ela não aparece, ou seja, não é dando a transparência dessas

contas, que é o que a gente tá brigando aí há muito tempo. Vai pra conta sistêmica, cumprindo um decreto, que o decreto fica parecendo que ele é superior à lei complementar 141, a lei complementar 8.080, a própria lei complementar 22, que é estadual, mas a maior é a federal, então essa, não vem por bloco, ela não vem carimbada, conforme a lei expressa que vem recurso por bloco, ela vem conta sistêmica, e aí as contas são pagas e apresentadas lá os 12% mínimo que é inconsistente, não tem conformidade com a própria lei, e não tem conformidade, inclusive, com o próprio sistema de regulação, e quando, para concluir, e quando sai o SUS, que é uma ferramenta importante para nós enquanto trabalhadores e principalmente usuário e conselho, e a comissão, não alimenta inclusive o próprio quadro inicial do primeiro quadrimestre de 2015, aparecia lá zerado, como se não tivesse nenhum centavo de receita, e de repente aparece custeio, então são esses dados de inconformidade e inconsistência e daí o parecer da comissão pra reprovar e o pleno reprovou a prestação de contas. Perdão, o RAG.

Conselheira Ana Boabaid: Eu só queria complementar Orlando, com licença, eu faço parte dessa comissão senhor presidente, eu fico engraçado que querem julgar o que, que a gente vai falar antes. Respondendo o que você colocou, nós também tivemos um grave problema né Orlando, quando nós chegamos, eu me lembro da conferência nacional de saúde, o planejamento de Mato Grosso, o orçamento tinha sumido, então foi uma dança de recursos, que inclusive o recurso do conselho sumiu. E inclusive as diárias dos trabalhadores daquela época, de 2015, vieram ser pagos 2016, no meio do ano. Então teve toda uma dança de recursos financeiros, e isso foi também um dos

problemas da reprovação do RAG 2015. Senhor presidente, me desculpe, mas o senhor não pode adivinhar o que eu vou falar, tá?

Orlando: Presidente, me desculpa mas eu tenho mais um ponto que até o Oscarlino pode me ajudar, é que o PPA, viu pro conselho, Tribunal de Contas, o PPA do governo anterior, teria que cumprir ainda em 2015 que é o último ano, o primeiro ano do governo, que assumiu o governo Pedro Taques, em 2015, ele teria que cumprir o último ano do PPA, que é o orçamento de 2015, faz parte da peça do PPA de 2012 né Oscarlino, que é do governo Sinval Barbosa. Eu não sei se é por falta de vontade política, mas não cumpriu aquilo que era uma peça orçamentária de 2015, que teria que tá dentro das conformidades do PPA de 2012, ou seja, isso também é inconsistente, ou seja, isso também é descumprimento, levando em consideração a lei complementar 141, descumpriu lá na, na apresentação em audiência pública, o RAG foi levado em consideração a Eco 29, que seria só recomendação, e a lei ela é expressa o que, que pode, e o que, que não pode.

Presidente: Obrigado Conselheiro Orlando. Pela ordem, Conselheiro Mário, finalmente.

Mário Lúcio: Boa tarde a todos, e a todas, Mário Lúcio, associação mato-grossense da pessoa com deficiência. É uma pena que, eu queria ter os números e mais consistência na nossa discussão aqui, para que a gente pudesse ir na raiz do assunto, e matá-lo definitivamente, porque falar, fazer esses discursos de que falta para os hospitais, falta pra aquilo, pra aquilo outro, nós do segmento da pessoa com deficiência, nós estamos mortos doutor da PGR, nós estamos mortos. O Centro de Reabilitação

Duaquino Correia, se nós formos começar a deliberar e começar com a nossa choradeira aqui enquanto pessoas com deficiência do estado do Mato Grosso, o governo virou as costas para nós, virou as costas. A gente sempre soube que a descentralização da reabilitação no estado de Mato Grosso é balela. Nós sabemos que os municípios não têm nenhuma condições de arcar com responsabilidade de reabilitação depois que eu caí de uma moto, depois que eu sou acidentado, depois que eu sofri um AVC de nos acolher no município. Nós estamos na capital e pode o senhor, uma hora dessas que o senhor tiver um tempinho, visite a unidade centralizada na regional sul de Cuiabá que fica ali na entrada da (inint) [02:22:37] e o senhor vai ver a vergonha que é aquilo lá. Vai lá pro CPA, onde a unidade de reabilitação está lá, os pombos usam mais do que qualquer ser humano. Porque ser humano não dá de entrar dentro por que o cocô faz mal para nós, dá meningite, toxoplasmose e outras coisas mais né? Então a gente precisa discutir isso aqui, discutir porque é que a PGR do estado de Mato Grosso não respeita esse conselho. Nós não somos convocados para dizer que nós aceitamos determinado encaminhamento do governo do estado, né? Nós precisamos Orlando, discutir aqui, e eu não consigo entender, que o Estado de Mato Grosso está faltando recurso quando que no ano passado, a assembleia legislativa devolveu pro estado alguns milhões, e ao invés de aportar e devolver pro governo colocar nos hospitais, colocou em ambulância, em ambulância que a gente sabe que as pessoas continuam morrendo na estrada. Não adianta comprar ambulância, se vai chegar de Alto Araguaia, do Araguaia, do norte do estado, de Coniza, aqui no pronto socorro de Várzea Grande, aqui no pronto socorro de Cuiabá, e as pessoas vão morrer no corredor.

Só não vão morrer no município. Ou seja, causa mais dano à família, porque trás dos municípios. Depois as funerárias que a gente sabe que é uma máfia nesse estado não deixa o município de origem do cara doar o caixão, tem que comprar aqui e submeter a todas as condições daquele momento, dar cheque, passar cartão de amigos para devolver o corpo pro município. É isso que nós temos que discutir aqui. Por isso que é muito importante a presença dos técnicos, tanto da PGR, quanto do Tribunal de Contas, para que ouça essa clamação nossa. Eu enquanto conselheiro de saúde, eu tô cansado, certo? Eu tenho 40 anos que sou uma pessoa com deficiência. E fui ainda atendido pelo INAMPS, que era menos traumático do que o SUS, que é democrático, que é moderno, que é de interesse de todos nós, e que é para acolher à todos nós, certo? Que esses recursos, que o governo está pegando dos malandros que nos roubaram do governo passado, dos secretários passados, dos que estão aí, desse governo porque tem secretário de Pedro Taques, preso, de Sinval, do governo Sinval secretário, deste governo não é do governo Pedro Taques, é do Pramínio, é do secretário de educação. Não, tá tudo na mesma, na mesma panela de pressão. Certo? Que esses dinheiros, recursos que tá voltando pra justiça, que seja aportado à saúde, que venha pras obras do pronto socorro municipal de Cuiabá. Que venha pros hospitais regionais. Assim nós vamos ser mais justos. Mas aí nós precisamos também trazer e convocar alguns juízes para nos ouvir aqui também. Então um pouco isso, eu gostaria, se o tribunal de contas ou o doutor (inint) [02:25:02] como é feito essa coisa de sobrar dinheiro, fala que se não tem recurso, mas sobra dinheiro pra comprar ambulância, que a gente possa entender tudo isso né, e também essa questão. Se o conselho não aprovou as OS de Mato

Grosso, por que, que a PGR vai discutir a contratação de novas antes de convocar o conselho e dizer se nós aprovamos ou não. É isso presidente.

Presidente: Obrigado Conselheiro Mário, pela ordem Conselheiro Oscarlino.

Oscarlino: (inint) [02:27:00] andar a gente vai, o processo tá andando, já foi dado parecer lá e tal, o trâmite tá andando. Eu gostaria de fazer uma pergunta pro Doutor Caio, procurador do estado, e desmistificar algumas coisas que ficam até, eu queria complementar a pergunta da Ana, eu queria saber, o senhor falou sobre as OS's né, que existe uma, um estudo sobre os contratos das OS's que estão em vigência, e que pelo fato de não cumprirem com as prerrogativas contratualidades, eles estão em fase de extrato né, contratual, dessas OS's, que estão ocupando o hospital de Rondonópolis, que eu entendo assim, o Hospital de Rondonópolis e o Hospital de Cárceres, que são as OS's que ainda se encontram em um contrato vigente com o estado. As demais, nós gostaríamos de saber qual é o parecer que a procuradoria geral, porque isso aqui é um mito né, a gente sabe que é verdade, mas a gente também não, não tem tangibilidade, não temos provas materiais, de que o estado continua utilizando CNPJ's, das antigas OS's que saíram, que deixaram de uma situação que a gente não sabe se é legal fazer isso, para poder pagar né, a mão de obra especializada que tá instalada lá nas unidades como Sorriso, que a OS já saiu, no metropolitano né, que a OS já saiu, e que não tem outras vias de contrato de manter essa folha paga, e pagar os encargos que inclusive parece que já está inclusive atrasado né, pagamentos dos encargos sociais com relação à esses profissionais, a gente gostaria de

saber qual é o parecer se isso é verdade, se é mito, quais providências, o que, que é legal, o que, que é ilegal nessa situação.

Presidente: Obrigado Oscarlino, pela ordem, Conselheiro Reinaldo, eu retorno ao Doutor Caio. Conselheiro Reinaldo.

Reinaldo: Boa tarde Reinaldo. Senhores, me preocupa muito, a fala do companheiro, o sistema único de saúde está em risco, e esse risco aqui no estado de Mato Grosso é evidente, notório. Os senhores que militam na área da legislação conhecem os princípios do sistema único de saúde, conhecem o papel do conselho estadual de saúde, conhecem as prerrogativas da representação social no SUS? Porque me parece que o governador não conhece. E está se apropriando do sistema único de saúde, e fazendo do jeito que ele quer, à revelia deste conselho. Então o que nós queremos é de fato esclarecimento sobre essa precarização no sistema único de saúde, isso tá notório. Além da privatização que também é notória, e que este conselho, se não me engano em 2012, teve como prerrogativa, a não adesão à gestão por OS's, foi revogado as OS's, e agora aparece que existe em defesa do governo que houve uma falha de contratualização, ou o não cumprimento por parte das OS's. nós já sabíamos disso, isso era notório para a gente, e eu quero aqui considerar a importância desse posicionamento da Universidade Federal de Mato Grosso, que se co-responsabilizou então, na época ainda de Pedro Henri com toda essa celeuma que culmina hoje com a revogação, mas por outro motivo. Então se os governos tivessem ouvido de fato as considerações deste conselho, e pudessem seguir minimamente um diálogo razoável com este conselho, certamente nós teríamos menos problemas na saúde.

Agora cada um quer inventar uma roda, na hora claro, da política, do voo, da eleição, são contra as OS's, e na hora do vamos ver é contra mas não é. Então pra nós não está claro qual é o posicionamento do governo estadual de Mato Grosso, quanto às políticas públicas, quanto ao planejamento dessas políticas, quanto às prioridades da gestão. E é importante que a gente tenha liberdade pra dialogar isso. E que a gente tenha a oportunidade de novamente convidar as autoridades de gestão para participar deste fórum. No entanto, me causa indignação o fato de os senhores não estarem cientes de todas essas prerrogativas que já foram discutidas, e haver também uma desconsideração não só do governo, mas dos órgãos aqui representados, dessa forma eu me sinto muito a vontade para considerar o que o Carlinhos colocou, o que a SISMA já colocou em outro momento, paralisarmos esse, a pauta deste conselho. Porque nós estamos aqui para fazer exatamente o que? Ouvir as, as deliberações do que já foi feito e assinar embaixo do que já foi feito? Como é o caso de propostas da caravana que nós já citamos aqui, e outras propostas como o que está sendo agora acordado com, com um escritório eu não me lembro, da ONU, não sei se é ONOPAR, mas isso não, isso passou à revelia nossa, enquanto nós temos na universidade um instituto de saúde coletiva que tem dados que inclusive atualmente muitos professores fazem parte, não só deste conselho, mas fazem parte do secretariado, do governador, no entanto parece que tá tudo como se nada tivesse acontecido, esqueceram lá atrás os princípios. E isso não pode passar em branco por este conselho, nós não podemos ficar assinando embaixo a irresponsabilidade deste governo com relação às questões sérias que a

gente vem mês a mês colocando aqui. Então a proposta que eu coloco é que a gente feche a pauta deste conselho.

Presidente: Obrigado Conselheiro Reinaldo, então a gente retorna a fala ao Doutor Caio, e depois a gente abre novas inscrições.

Caio Valença: Conselheiro, só esclarecendo, eu represento a questão jurídica do estado, eu não sou o estado, então eu não posso fazer implementação de políticas públicas, exatamente, de modo que o parecer da PGR, a opinião da PGR é uma opinião eminentemente jurídica, se é a contratação de novos, que são as contratações de novas OS's, ou a contratação de um outro tipo de serviço, uma nova parceria, isso será analisado no setor administrativo da PGR, que emitirá um parecer exclusivamente jurídico. Então se o estado se mantém prestando o serviço como OS, ou não, é uma questão de gestão e não da PGR. Nesse sentido, inclusive o procurador geral me informou aqui, que o parecer da PGR com relação à contratação das OS's, é o seguinte: é sanear os contratos que estão em vigor e eventualmente fazer um novo credenciamento de novas OS's para realizar contratos novos. Esse é o parecer, entendeu? E isso realmente é o que foi me passado, porque eu sou de um outro setor da PGR, não sou do setor administrativo que lida com essa parte de contratação, eu fico mais, como a gente costuma chamar, na ponta da espada, que é a judicialização da saúde, desse modo eu não tenho muito como opinar sobre isso, mas o que me foi passado foi apenas isso, espero que tenha esclarecido eventuais dúvidas.

Oscarlino: Questão de esclarecimento ainda não, eu fiz a seguinte, o seguinte questionamento doutor, com relação às OS's que foram

instaladas no ano de 2011 né, praticamente todas né, porque o que foi colocado aqui no conselho à época, era que se teria um plano piloto no Estado de Mato Grosso, em função até com a mesma prerrogativa do estado de São Paulo, na época que criaram as organizações sociais, 1996, da lei mais ou menos, tinham 25 unidades públicas do estado de São Paulo e não tinha a lei de responsabilidade fiscal, os estados extrapolaram, não tinha como fazer concurso público e tal, e eles acharam essa válvula de escape, que ela foi trazida pra cá, e aí o secretário nos trouxe uma proposta aqui no conselho de trazer isso como um plano piloto no metropolitano, já que o metropolitano se encontrava na mesma situação. A gente 15 anos sem concurso público né, e o metropolitano sem condições de contratar de forma estruturada, sem nenhuma válvula de escape para contratar mal de obra especializada, para povoar a mão de obra dentro do Hospital Metropolitano, passando essa fase, 2011 até agora 2017, as organizações sociais, ao contrário do que foi combinado aqui no controle, ela foi generalizada, ela foi levada para todas as unidades hospitalares, e para a assistência farmacêutica do estado. E algumas dessas, das sete, ou seis organizações sociais, contratos né, com três ou quatro organizações sociais, permanecem duas apenas no estado. E as demais a gente tem a informação que tem inclusive conhecimento lá da PGR, da Procuradoria Geral do Estado, que se mantém a utilização do CNPJ dessas organizações sociais, mesmo o destrato contratual, e mesmo a entrega formal do gerenciamento por parte dessas organizações sociais, eu gostaria de esclarecimento se o senhor tem conhecimento disso Senhor Procurador, se é mito, se é verdade que a SES, porque a gente não vê uma outra válvula de escape para a SES continuar mantendo o

pagamento das pessoas jurídicas hoje que prestam serviço dentro dessas unidades que já foram abandonadas pelas organizações sociais, mas que a gente escuta dizer que se mantém utilizando esse CNPJ para poder realizar os pagamentos.

Presidente: Obrigado conselheiro, Doutor Caio.

Caio Valença: Bom, conselheiro, eu pelo até desculpas porque realmente isso é um setor específico da PGR e que eu não tenho conhecimento, como eu falei, eu fico na parte de judicialização da saúde, e eu não teria como responder a que pé está a PGR em relação à isso, mas eventuais esclarecimentos podem ser dirigidos diretamente ao procurador geral, ou a quem seja responsável do setor.

Presidente: Obrigado Doutor, pela ordem Conselheira Nuce.

Conselheira Nuce: Boa tarde, eu gostaria de cumprimentar à todos respeitosamente, represento o fórum DCA que trata-se do direito da criança e do adolescente, no município, infelizmente eu gostaria de manifestar aqui um protesto, da nossa representante aqui estadual, que é indigno né, nós estamos virando estatística em tudo. Em tudo, e estamos calando. A estatística de gente doente, estatística de remédio que falta, estatística de dinheiro que compra ambulância, estatística disso, estatística daquilo, muitas crianças e adolescentes que entram em estado de drogatição, e que são esses zumbis que estão por aí, pela rua hoje são pessoas, crianças e adolescentes que entraram nesse mundo aí por falta de atendimento médico, por falta de remédio, encaminhamento existe, mas não existe o tratamento correto. Até quando que nós vamos olhar tudo isso aí que está acontecendo, Ilha da Banana por exemplo, e vamos

ficar reunindo e discutindo porque não foi a pauta, porque não mandou em tempo hábil, aí vem uma pessoa que fala pra gente que é de outra parte que não cuida dessa parte, eu não cuido dessa parte. É feio gente, tá feio, tá imoral para a gente, tanto de gente que são, que estão ali, que todo mundo passa, sente nojo, vergonha. Mas poderia ser um de nós, né? Poderia ser um de nossos filhos. Quem tem plano de saúde ainda se esmera por aí num hospital particular. E quem não tem? Hoje eu vi o relato de uma funcionária do pronto socorro, que disse que até para fazer estatística é difícil, que ela tem LER porque não tem um sistema dentro do pronto socorro para fazer as estatísticas. E ela falou que ela quer aposentar porque ela não aguenta mais ver gente sofrendo no corredor. Mas ninguém tem coragem de vir aqui e colocar a cara a tapa para falar. Eu estou protestando a respeito disso, porque a saúde não é de agora que vem, mas quem se propôs e está aí para poder tomar conta disso, se propôs lá atrás, quando viu que a farofa era grande, viu que o problema era grande, e falou assim: “eu me candidato, porque eu me acho justo e digno pra poder fazer isso aí, eu vou resolver”.

Oscarlino: Fez juramento.

Conselheira Nuce: Jurou, exatamente, companheiro, jurou, e até agora nada. Tá chegando na beira de entregar, e vai pedir pra entrar de novo, e nada. Pode até conseguir entrar novamente né? Pode conseguir sim, né, só que nós estamos protestando a respeito disso aqui, porque tá feio, grave, e injusto, porque nós, quem que pode sair na rua hoje e falar que não vai ser roubado, por uma pessoa que tá andando aí, um zumbi que tá andando aí na rua, em estado de drogatização? Qualquer um, nós

estamos sujeitos, e eles são vítimas dessas políticas públicas que não funcionam, de pessoas que prometem e não cumprem, muito obrigada pela palavra.

Presidente: Obrigada Conselheira Nuce, não há mais inscritos, e eu sei que presidente não manifesta, mas eu queria me permitir fazer uma fala, aproveitar a presença do TCE e a PGR aqui, eu não poderia me furtar de também fazer uma interferência, eu sou da saúde pública já há quase duas décadas, além de conselheiro sou pesquisador, e há uma grande diferença entre um pesquisador e um político, um pesquisador, ele longe dos conchavos, das articulações políticas, ele pode falar o que os números mostram. E a gente tem dentro desses números uma variedade de problemas na saúde de Mato Grosso, a gente tem uma PPI que faz décadas que precisa refazer e não faz, propositalmente não faz. A gente tem uma central de regulação que há décadas precisa ser reestruturada, tem um movimento nesse sentido, mas isso é mais do que de pressa, a gente tem problema de falta de medicação, fila de cirurgia, mas a gente tem um problema primário na saúde de Mato Grosso. Que chama desequilíbrio físico financeiro. A saúde de Mato Grosso ficou muito cara, muito cara. O que, que é desequilíbrio físico financeiro? Se você olhar 10 anos atrás, e olhar quanto custava 50 cirurgias, o físico, quanto você pagava por essas 50 cirurgias, você pode jogar todo indicador de atualização desses valores que você não chega ao que você paga hoje. Fazer saúde por organização social, fazer saúde com caravana, isso torna a saúde mas muito cara, não vai dar dinheiro nunca para a gente resolver os problemas da saúde. É só olhar os indicadores vê lá quando, a gente não tá fazendo mais do que fazia há uma década atrás, mas o custo do que a

gente tá fazendo é 10, 20, 50 vezes mais caro. Não dá pra ir lá no interior de Mato Grosso do Sul, lá em Corumbá, olhar um modelo e vir aqui e implantar. Isso é brincar de fazer saúde, e é impossível, impossível você ter o apoio desse pleno fazendo saúde desse jeito. E eu chamo atenção porque ninguém nos ouve. A gente delibera aqui, ninguém acolhe, ninguém pública, vira letra morta na gaveta porque ninguém tá nem nos ouvindo as nossas angústias aqui. Mas enquanto o TCA aprovava as contas do Sinval Barbosa, a gente reprovava aqui. Enquanto a PGR dava parecer favorável para essas contas, a gente reprovava aqui, tava todo mundo quietinho, ninguém falava nada. Depois que explodiu todo esse escândalo e todo mundo viu que tava todo mundo errado, ninguém veio aqui falar por que, que vocês já antes disso apontavam os erros. Aqui tem senhores a saúde mato-grossense representada. Aqui tem desde Umaandia até Universidade Federal de Mato Grosso. Aqui vocês ouviram depoimento de usuário. O discurso, a manifestação da fala dele reflete a dor lá da ponta de quem tá sentindo, e quem tá dentro do gabinete, no ar condicionado numa mesa de mármore não vai entender nunca, porque não vivencia, não experiência o que é viver sem saúde. E a hora, todo mundo tem que ouvir ela né, e a hora que você vai escrever a lei e pegar a sua caneta para decretar, você não tem na sua vivência isso. Os problemas da saúde, e aí tinha que se curvar à escuta desse conselho. Se curvar à escuta, para poder compreender num sentido mais amplo qual é a realidade da nossa saúde. A gente vai continuar discutindo aqui, a gente vai continuar deliberando, mesmo acreditando que a gestão não acolhe as nossas decisões, não publica as nossas deliberações e elas vão para a gaveta como letras frias e mortas. Mas a gente vai continuar fazendo o nosso

papel. Porque a gente não conseguiria ser diferente, e ainda assim deitar e dormir. Porque as pessoas aqui vem de uma militância. Vem de uma história de construção desse SUS, ninguém pegou carona não e todos aqui tem cargos eletivos, foi seus pares que trouxe aqui, representa as bases, e eu acho que a gente tinha que, se respeita a sociedade, tem que ser respeitar mais esse pleno. É isso que eu queria dizer. Conselheiro Reinaldo.

Reinaldo: Eu gostaria de complementar o que o senhor tá falando, e de alguma maneira levar em consideração, cada um aqui, especialmente vou perguntar pro senhor se o senhor tem filho, o senhor tem filhos? O senhor mesmo, seu José.

Presidente: Eu? Tenho um casal.

Reinaldo: Sim, tem. Quanto vale a saúde do seu filho.

Presidente: Não saberia precisar.

Reinaldo: Saúde não é mercadoria, e não pode ser tratada como mercadoria, e o sistema único de saúde já colocou isso desde os seus fundamentos. A saúde ela tem que ser socializada, e o governo tem que investir em saúde. Se bobear hoje investe mais em gado ou soja do que na saúde das pessoas. Então o que nós precisamos é de vontade política para resolver as questões de saúde. De onde vai se conseguir os recursos, é um outro problema se ele considerou a saúde como prioridade, desde o dia 5 de janeiro de 2015 quando assumiu. Então diante disso fica a indignação de que a forma como que nós devemos considerar a saúde, é como um direito do cidadão, e nós estamos aqui lutando por esse direito. E fica claro contra uma gestão que nem sequer se faz representar nesse

conselho. Então não dá pra nós sermos Bobó Cheira-Cheira, e a gente tem que tomar um posicionamento mais maduro com relação à essas questões. Porque eu não quero sair daqui, achando que nós estamos jogando palavras ao vento. Ou que estamos deixando nos patrolar, diante não só da nossa vontade, mas de políticas públicas que devem ser implementadas, a partir de uma gestão séria. E eu quero ver qual é a seriedade dessa gestão, e nesse fórum, nesse espaço que a gente tá vendo, é que não está havendo uma representação adequada dessa gestão. Então nesse sentido, eu acho que vale a pena a gente considerar a seriedade de ver a saúde como um direito do cidadão, constitucionalmente posta desde 1988, o sistema único de saúde veio depois disso. E não é qualquer tirano que deve tirar isso, isso é um direito do cidadão, e é esse direito que a gente tem que defender aqui. Se a gestão deve investir ou não, tanto ao tal recurso em transporte, em habitação, que também faz parte da saúde, e isso deve ser considerado como um direito do cidadão, mas para isso existem regras, e por isso nós estamos aqui, para lutar por essas regras. Então eu apelo aos senhores que não façamos o papel de Bobó Cheira-Cheira, e que nós pensemos muito bem, em trancarmos a pauta, e levarmos os nossos problemas à conferência nacional de saúde. Porque de fato, na minha opinião, e eu estudo políticas públicas, o problema é sério. Não sei se existem outros estados com tamanha vergonha. Mas sinceramente eu me sinto envergonhado de estar aqui, porque dos meus pares eles cobram, quais as políticas que vocês estão desenvolvendo, estão discutindo, e que tipo de solução nós temos para esse caso de Sorriso que vem à público, onde os noticiários colocam claramente os problemas. Mas ninguém da gestão

vem nos colocar e dar a mínima consideração sobre isso. Então nesse sentido eu volto a dizer que é um direito do cidadão, constitucionalmente estabelecido, e é nesse sentido que eu acho que todo mundo aqui tem que levar com seriedade o seu papel.

Presidente: Obrigado Conselheiro Reinaldo, não há mais inscritos, não estou encerrando, mas queria desde então já agradecer a presença do TCE, da PGR e eu acho que outros deram outras desculpas para não estar aqui hoje e vocês estiveram com a gente, deixar esse conselho como parceiro de primeira hora quando a gente quiser juntos pensar num melhor SUS pra Mato Grosso. Oh, eu acho que a gente passa então para a fase, já foi a discussão, já foram os encaminhamentos, eu acho que a gente pode pensar nessa rediscussão dessa pauta, eu acho que ela foi prejudicada em algum grau assim, com a ausência da gestão né, tinha que responder uma série de coisas, eu acho que eliminar a pauta vai eliminar essa obrigação da gestão de vir aqui nos esclarecer então também a mesa não pode propor, mas eu penso que do pleno tem que ter um encaminhamento nesse sentido, é minha opinião. E se tiver outro encaminhamento à mesa tá aberta às inscrições. Conselheiros? Não, eu acho que foi...

M: (inint) [02:53:13].

Presidente: Então, vamos de novo, a gente tem a fase da discussão para a gente amadurecer, trocar informações, formar convicções, depois a gente tem a fase dos encaminhamentos, que aí a gente põe no papel o que a gente quer encaminhar, e a terceira fase a gente submete esses encaminhamentos ao voto. Então a gente tá na fase de

encaminhamentos, quem fez encaminhamento na discussão por favor, que transcreva no papel e a gente pode submeter à apreciação dos pares. Tá inscrito conselheiro Mário, é pra encaminhamento, Mário?

Mário Lúcio: É um encaminhamento meu e da conselheira Ana porque... oi? Tá aqui, mas tá muito...

Presidente: Não, pode fazer no microfone que a gente...

Mário Lúcio: Tá, vou fazer no microfone pra que a gente possa convocar ou visitar o presidente do TCE, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, é para a gente fazer o encaminhamento, e o seguinte questionamento, por que, que nós no pleno reprovamos as RAG's e o tribunal aprova. Uma explicação mais detalhada sobre isso, que nós queremos do PGR com o presidente do PGR, diretor, sei lá, que nós no pleno, não aprovamos a gestão da...

M: RAG?

Mário Lúcio: Não, do RAG não, das OS's nos hospitais regionais em Mato Grosso, e o próprio PGR trabalha no sentido de fazer novo parecer, fazendo novos indicativos de contratações. E também do ministério público, para a gente fazer os mesmos questionamentos.

Presidente: Obrigado Conselheiro Mário, algum outro encaminhamento? Conselheiro Reinaldo. Eu pediria aos conselheiros, para que a gente ouça a proposta do conselheiro, porque depois a gente tem que submeter à votação, e a gente cria sempre aquele problema de todo pedido de esclarecimento, esclarecimento, porque não ouviu a proposta tá? Conselheiro Reinaldo?

Reinaldo: A proposta é de fechamento de pauta do Conselho Estadual de Saúde, e dar ciência oficial à Conferência Nacional de Saúde sobre a situação de saúde no Mato Grosso. Duas numa só.

Presidente: Obrigado Conselheiro Reinaldo. Conselheiro Orlando.

Orlando: Presidente, me permite, na proposta de trancar a pauta, eu tenho uma dúvida, Doutor Flávia pode nos ajudar, como nós estamos vivendo a condição de ad referendum, que para mim o ad referendum não é nenhum respeito ao pleno, é um recurso mais jurídico do que qualquer outra coisa, se esse trancamento de pauta qual vai ser a nossa responsabilidade da coisa ficar solta dos ad referendum, é o exemplo aí da caravana da transformação. A caravana da transformação, que eu chamei de... (inint) [02:57:44]. Orlando SINTEP Segmento Usuário, então a minha dúvida é com relação à proposta de trancamento de pauta, se ela não pode acontecer, os ad referendum como o exemplo que nós reprovamos a caravana da transformação, que eu chamei caravana da mentira, e fui chamado atenção, tá gravado, a gente não pode negar mas realmente eu falei, e que os, pode ocorrer os ad referendum nessa lógica, então a gente teria que ter a governabilidade disso, trancamento de pauta do pleno, mas que através do próprio regimento interno, o presidente, o secretário tem utilizado dessa, desse pra mim que é um recurso mais jurídico do que ele político, administrativo, de que é do pleno do conselho, dos ad referendum, e aí a coisa continua solta aí. Então a dúvida que eu tenho, talvez a Doutora Flávia pode nos ajudar nesse sentido. Eu não quero comer mosca, é isso.

Presidente: Obrigado Conselheiro Orlando. Conselheira Edna.

Edna: Diante de tudo que foi dito aqui, o meu encaminhamento é que a PGR, o Tribunal de Contas e outros órgãos de controle externo, acompanhe as deliberações das políticas públicas de saúde aprovadas nesse conselho, e não desconsidere as deliberações aprovadas conforme legislação vigente.

Presidente: Isso, vai lá, boa sorte pra nós. Conselheiros, tem sobre a mesa então três propostas de encaminhamento. Ok, então conselheiro Orlando fez um questionamento e a Flávia vai esclarecer então gente.

Flávia: Então com relação à possibilidade aventada de expedição de resolução de referendun pelo presidente do conselho no caso de trancamento de pauta, eu acho que ela é bastante plausível né, porque o regimento interno ele prevê no artigo 10 inciso 1 alínea N, essa prerrogativa, para o presidente do conselho em caso de extrema urgência e relevância, e aí nesse cenário né do conselho não estar deliberando, a gente pode conjecturar essa situação né, de urgência, ou de emergência, é previsível né, então é bastante plausível que possa ocorrer a expedição dessas resoluções ad referendun na minha opinião. Obrigada.

Orlando: Não, então estou satisfeito, então essa é a preocupação que eu queria dialogar com os companheiros que defendem a proposta de trancamento de pauta para a gente tomar esse cuidado. Como nós já vivenciamos essa situação, que isso pode, foi explicado juridicamente né, que pode utilizar desse expediente, dessa atenuante de ficar mais solto ainda né, aquilo que nós não queremos compartilhar.

Presidente: Ok senhores, e senhoras, três encaminhamentos que eu... Ele não esperou a fase de encaminhamento né, se alguém quiser fazer pra

ele, eu não tava nem presente conselheiro. Essa proposta tá pautada para a ordinária. Bom, primeira proposta do Conselheiro Reinaldo, fechamento da pauta do Conselho Estadual de Saúde e dar ciência à conferência nacional de saúde. Segundo encaminhamento do Conselheiro Mário Lúcio, convocar o TCE, MPE e PGR para explicar a continuidade do modelo de gestão por OS, uma vez que esse pleno reprovou esse modelo. Terceira proposta da conselheira Edna, que a PGE, tribunal de contas e outros órgãos de controle externo, acompanhe as deliberações das políticas públicas de saúde, aprovadas nesse conselho, e não desconsidere as deliberações aprovadas conforme legislação vigente. Todos esclarecidos? Como são pautas distintas, a gente vai votar uma a uma, então primeira pauta sobre o trancamento de pauta proposta pelo Conselheiro Reinaldo, ele propõe que a gente tranque a pauta desse conselho, e daremos ciência desse trancamento à conferência nacional de saúde, todos esclarecidos? Em regime de votação, quem aprova trancamento de pauta desse conselho que se manifeste. Dois votos, três votos. Contrários? Cinco votos. Abstenções? Nenhum. Proposta reprovada então. 5, 3, 0. Segundo encaminhamento, convocar o TCE mais MPE e PGR para explicar a continuidade do modelo de gestão essa uma vez que esse conselho aprovou esse modelo, todos esclarecidos? Em regime de votação, quem aprova que se manifeste? 10 votos? Contrários? Nenhum voto, abstenções? Nenhum voto, isso. Aprovado, resolução será encaminhada à gestão para homologação e publicação num prazo de 30 dias conforme regimento desse conselho. Terceiro encaminhamento, que a PGE, Tribunal de Contas e outros Órgãos de Controle externo acompanha as deliberações das políticas públicas aprovadas nesse conselho, e não

desconsidera as deliberações em aprovado conforme legislação vigente, todos esclarecidos? Em regime de votação, quem aprova que se manifeste? A gente precisa contar viu gente? 10 votos? Contrários? Um voto contrário. Abstenção. Nenhum. Nove favoráveis, um contrário, nenhuma abstenção, perdão. Então aprovado, serão encaminhadas duas pautas aprovadas para homologação e publicação da gestão então. Informes.

Conselheira Leila: (inint) [03:07:20].

Presidente: A Leila.

Leila: Não, não foi contrário.

Presidente: Então re...

Leila: (inint) [03:07:31].

Presidente: É que ela ficou assim gente oh, fica assim aí, porque é igual leilão, manifestou, a gente conta. Então reforçando para que conste em ata, 10 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. Informes tem? Proposta da Conselheira Leila gente, mais uma proposta foi apresentada, que o Tribunal de Contas ao concluir o levantamento da situação de atrasos nos repasses de recursos financeiros, Hospital Regional de Sorriso, Metropolitano e etc., busque sentar com o conselho estadual de saúde e gestão, para que se construa a política pública de saúde do estado e se efetive. Eu acho que essas últimas duas propostas elas são resoluções recomendatórias né? Porque a gente não pode ingerir no tribunal de contas, eu penso. É a minha interpretação, me corrijam aí. É, a gente recomenda então que o tribunal de contas, ao identificar isso...

Leila: (inint) [03:08:05].

Presidente: Isso.

Leila: (inint) [03:08:56] mas que ao (inint) [03:09:03].

Presidente: Microfone conselheira, até para constar em ata né?

Leila: (inint) [03:09:11].

Presidente: Tem que gravar conselheira.

Leila: (inint) [03:09:20] apresentado pelo pleno, também possa sair propostas aí dessa efetivação né, porque a coisa senão fica assim, ah trouxe até aqui, é isso aqui, mas e aí? Né? Então eu acho que tem que surgir alguma coisa disso aí, há um levantamento, há uma realidade mostrada né.

Presidente: Ok, todos esclarecidos da proposta da Conselheira Leila? Que o tribunal de contas ao concluir o levantamento da situação dos atrasos, ele busque sentar com esse conselho e com a gestão para que se construa então uma construção coletiva de uma possível política pública para cada caso. Aí só reforçando, é uma deliberação recomendatória, a gente não tem poder sobre o TCE né, mas a gente recomenda que ele, todos esclarecidos? Em regime de votação, quem aprova que se manifeste? Desfavoráveis, contrários? Abstenções? Aprovado. Já foi né Mário, a sua proposta já foi lida e encaminhada, já, ok. Informes tem essa tarde? Ok, a gente vai para a fase de informes agora. A nossa secretária.

Secretária: Boa tarde, é em relação à nossa conferência estadual de saúde da mulher, que ocorrerá na semana que vem. A abertura dia 6, a partir das 17:30 começa-se o credenciamento, e o final dia 8, às 19 horas. Não se

esqueça de fazer as suas inscrições, hoje já trouxemos aqui, quem não fez, pode ainda ser feita no site do conselho estadual de saúde e desde já convidamos aos senhores do tribunal de contas para participar do nosso evento.

Mário Lúcio: Eu queria pedir licença para informar a todos os conselheiros, mas eu gostaria que todos prestassem bastante atenção em mim, certo? Porque eu acho que é de relevância o que eu vou falar. Eu quero informar que nós temos duas servidoras da saúde neste conselho, e que estão aposentadas. Fresquinha, fresquinha, da hora. E aproveitar esse momento do pleno, e agradece-las por todo o tempo e por toda a dedicação que fizeram, eu tô falando da conselheira Edna, e da Leila, que por muitos anos além dos seus horários previstos em lei, no seu concurso público, é sabido de todos nós que prestaram relevantes e horas a mais em todo o seu trabalho, dedicando à saúde pública do Estado do Mato Grosso, e nunca pediram hora extra. E isso eu como um membro da associação mato-grossense de deficiente, quero homenageá-las, fazendo esse agradecimento desse serviço prestado, que muitos falam que é de obrigação, mas que a gente sabe do enorme carinho e de amor que vocês dedicaram à toda a comunidade mato-grossense, não foi só cuiabana, mato-grossense, e isso eu vou prova, a Bete que conhece vocês de pouco tempo, também é prova, a Edna foi uma das grandes criadoras da ouvidoria, a gente soube que dividiu-se salário para pagar técnicos, para trabalhar na ouvidoria, porque o estado não contratava e não fazia concurso e faltava, e essas pessoas dividiram salário para que pessoas extra secretaria pudessem contribuir e fazer com que a ouvidoria também atendesse os cidadãos, então nada mais justo presidente, do que uma

enorme salva de palmas e muitas felicidades para essas aposentadas do estado de Mato Grosso e que continuam na militância.

Presidente: Parabéns, Conselheiro Mário, pela brilhante lembrança e homenagem e agradecemos né, essa mesa acolhe todos as palavras Conselheiro Mário, e agradecemos profundamente à toda a cooperação de vocês duas, e dizer assim que vocês saiam do posto de trabalho, mas da militância não. São mulheres aguerridas, tem contribuído muito essa luta. Sem mais informes, eu queria agradecer a participação, a presença de todos, e declarar encerrar a nossa reunião extraordinária de maio de 2017. Obrigado a todos.

[03:14:58]



audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

falecom@audiotext.com.br

audiotext.com.br